

# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

**Trilha:** Base Legal



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Gestão e Recursos Humanos



Escola de Serviço Público do  
Espírito Santo - Esesp

**Trilha**  
Base legal

**Lei de  
Responsabilidade  
Fiscal**

*Material elaborado com base em slides disponibilizados pela Secretaria do  
Tesouro Nacional*

2018

GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Gestão e  
Recursos Humanos

1

**CONTRATO DIDÁTICO**



# Programa

1. Origens Nacionais e Internacionais da LRF
2. Equilíbrio e transparência fiscal
3. Princípios da Responsabilidade Fiscal
4. Estrutura da LRF
5. Planejamento na LRF
6. Receita Pública
7. Despesa Pública (inclusive despesa com pessoal)
8. Transferências Voluntárias na LRF
9. Destinação de Recursos Públicos Setor Privado na LRF
10. Da Dívida e do Endividamento
11. Gestão Patrimonial na LRF
12. Transparência, Controle e Fiscalização
13. “Contabilidade criativa”, pedaladas fiscais e afins

3



## 1. Fundamentos, conceitos, origens e objetivos:

- a) Base legal, abrangência e conceitos fundamentais da LRF;
- b) Origens da LRF;
- c) Princípios fundamentais e objetivos da LRF; e
- d) Receita Corrente Líquida – RCL.

4



## O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal?



### Lei Complementar

Conforme estabeleceram os artigos 163 e 169 da CF/88



Lei nº 101 de 4 de Maio de 2000



Lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências

4



## Origens Nacionais

1.988: A CF prevê edição de Lei Complementar para fixar os princípios norteadores das finanças públicas no Brasil (Art. 163).



1.998: A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa determina prazo de 180 dias para que o Executivo envie projeto.

5





Origens Nacionais

O artigo 165, § 9º prevê edição de Lei Complementar para:

Dispor sobre o **exercício financeiro**, a **vigência**, os **prazos**, a elaboração e a **organização** do plano plurianual - **PPA**, da lei de diretrizes orçamentárias- **LDO** e da lei orçamentária anual - **LOA**;

Estabelecer normas de **gestão financeira** e **patrimonial** da administração direta e indireta bem como condições para a **instituição** e funcionamento de **fundos**.

⇒ Lei 4.320/64 foi recepcionada pela CF;

⇒ PLS 248/2009 em tramitação - LQF.

esesp

Origens Nacionais

S2

Déficits imoderados e reiterados em todos os níveis de governo;

Dívida pública elevada em todos os níveis de governo;

Gastos com pessoal elevados em todos os níveis de governo;

Carga tributária elevada;

Privatização em fase avançada;

Guerra fiscal entre estados.

esesp

## Comunidade Econômica Européia- CEE (1992)



- Tratado de Maastricht: obedece os princípios de uma confederação, estabelecendo critérios de convergência.
- Há metas e punições em protocolos.



- Admite desvios desde que mantida a tendência de ajuste → Evitar déficits excessivos.
- Os estados membros conduzem, com relativa independência, suas próprias políticas, que devem convergir para os critérios acordados → Pacto de estabilidade.

9



## Budget Enforcement Act - EUA (1990)



- Legislação contempla apenas o Governo Federal.
- Cada unidade da Federação possui regras próprias.



- Fixa ex-ante metas de superávit
- Estabelece mecanismos de controle dos gastos:
  - sequestration (semelhante ao art. 9º da LRF);
  - pay as you go (semelhante ao art. 17 da LRF).

10



## Fiscal Responsibility Act – Nova Zelândia (1994)



- Parlamento fixa critérios de desempenho de forma genérica.
- Transparência se sobrepõe à rigidez das regras.

- Proteção contra imprevistos e gerenciamento dos riscos fiscais.
- Executivo tem liberdade para orçar e gastar, desde que com amplo e estrito acompanhamento.

11



**Modelo misto que conjuga regras fiscais e transparência.**



12



## Objetivos da LRF: Equilíbrio e Transparência



A LRF é um código de conduta para os administradores públicos que passam a obedecer normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

13



## Objetivos da LRF: Equilíbrio e Transparência

“§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a **ação planejada e transparente**, em que se **previnem riscos e corrigem desvios** capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, (...)”



14



## Objetivos da LRF: Equilíbrio e Transparência

Foco no equilíbrio fiscal intertemporal;

Ajuste fiscal estável e contínuo - não se trata de ajuste fiscal de curto prazo;

Introduz conceitos de responsabilidade e transparência.



15

esesp

## Como atingir esses Objetivos?



Cumprir Metas Fiscais

Cumprir Regras para administração Financeira e Patrimonial.

Respeitar Limites de DCL, Oper. de Créd., Garantias, AROs e RPs.

Adotar mecanismos de compensação para Renúncia de Receita e DOCC.

Cumprir limites para despesa com pessoal, por Poder e Órgãos.

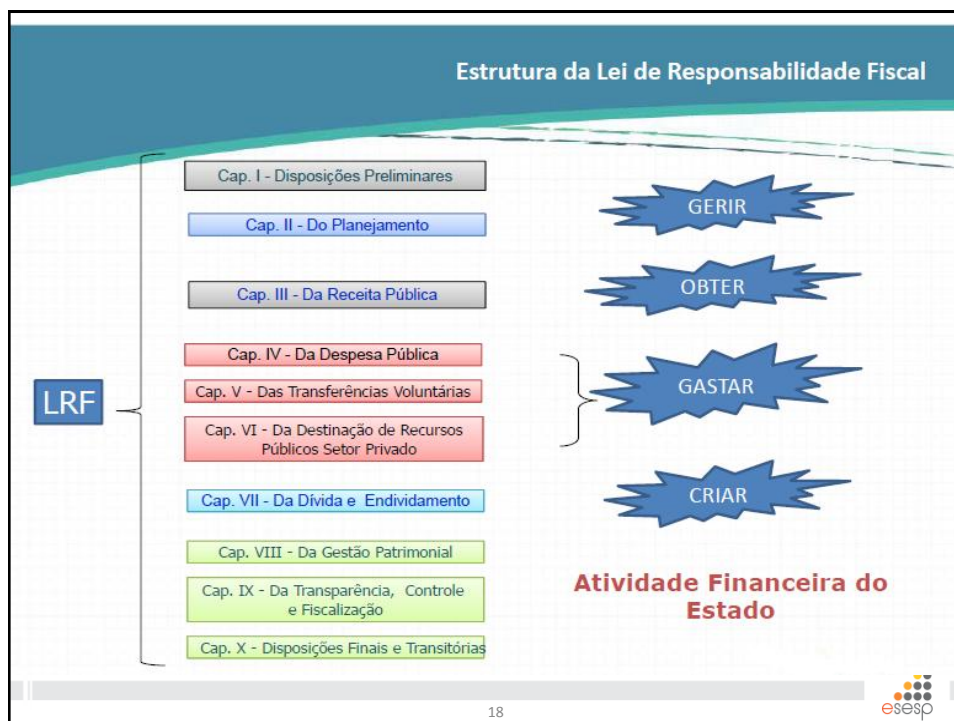
16

esesp

# Princípios

1. Prevenção de déficits imoderados e reiterados, equilíbrio entre aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo;
2. Limitação da dívida pública a nível prudente, compatível com receita e patrimônio público, propiciando margem de segurança para absorção dos efeitos de eventos imprevistos;
3. Preservação do patrimônio público em nível adequado para propiciar margem de segurança para absorção de efeitos de eventos imprevistos;
4. Adoção de política tributária previsível e estável;
5. Transparência na elaboração e divulgação dos documentos orçamentários e contábeis, em linguagem simples e objetiva.

17



18






Capítulo I – Disposições Preliminares

- Art.1º - Esta Lei estabelece normas de Finanças Públicas na gestão fiscal...
- § 1º - (...) pressupõe a ação planejada e transparente (...)
- § 2º e 3º - Abrangência
- Art. 2º - Definições / Conceitos

19



Capítulo I – § 2º e 3º - Abrangência



- 3 Esferas de governo:**
  - União, Estados/DF e Municípios
- 3 Poderes:**
  - Executivo;
  - Legislativo; e
  - Judiciário.
  - Obs.: MP e Defensoria Pública Estadual
- Conceito abrangente:**
  - toda a administração pública, direta e indireta;
  - incluindo fundos, fundações, autarquias e empresas estatais dependentes.

20



**Capítulo I – Conceito de Empresa Estatal Dependente**

**Artigo 2º,  
inciso III da  
LRF**

- III - empresa estatal dependente: empresa controlada que **receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio** em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

**Artigo 2º,  
inciso II da  
RSF  
43/2001**

- II - empresa estatal dependente: empresa controlada pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, que tenha, **no exercício anterior**, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade.

21



### Defensoria Pública na LRF


EC 45/2004 = Assegura autonomia orçamentária-financeira às Defensorias Públicas Estaduais.

EC 74/2013 = Assegura autonomia orçamentária-financeira à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.

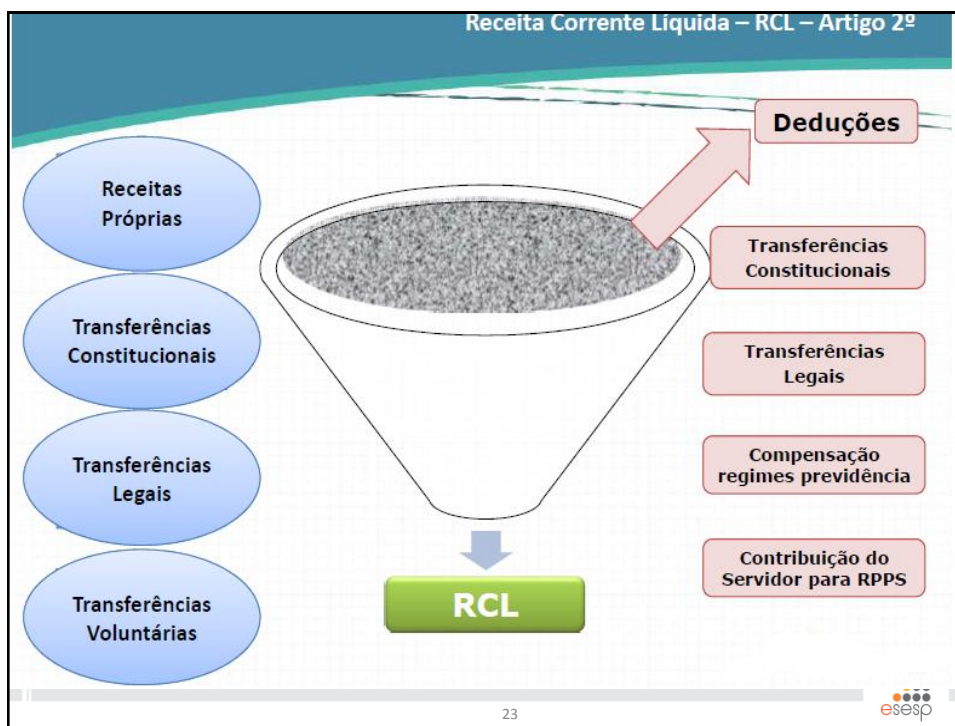
Acórdão 2153/2014 TCU - Plenário = Não obstante não possuírem limites previstos na LRF, visto que sua inclusão como órgão de autonomia orçamentário-financeira ocorreu após a edição da LRF, deverá elaborar os demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e o Simplificado da Gestão Fiscal.

Para fins de limites da LRF, estarão contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo.

22



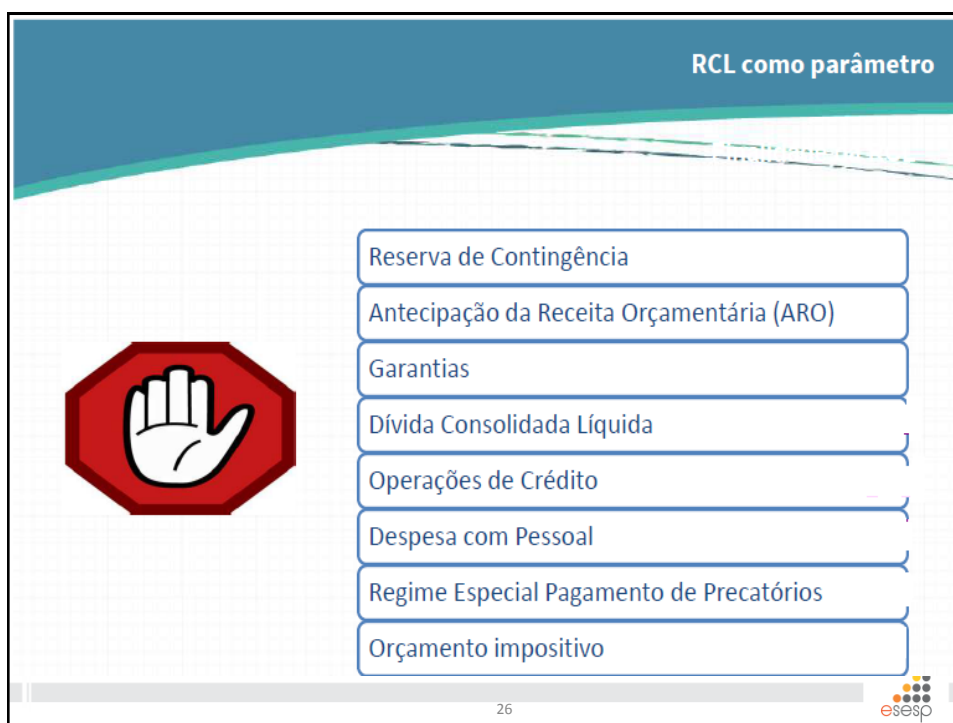
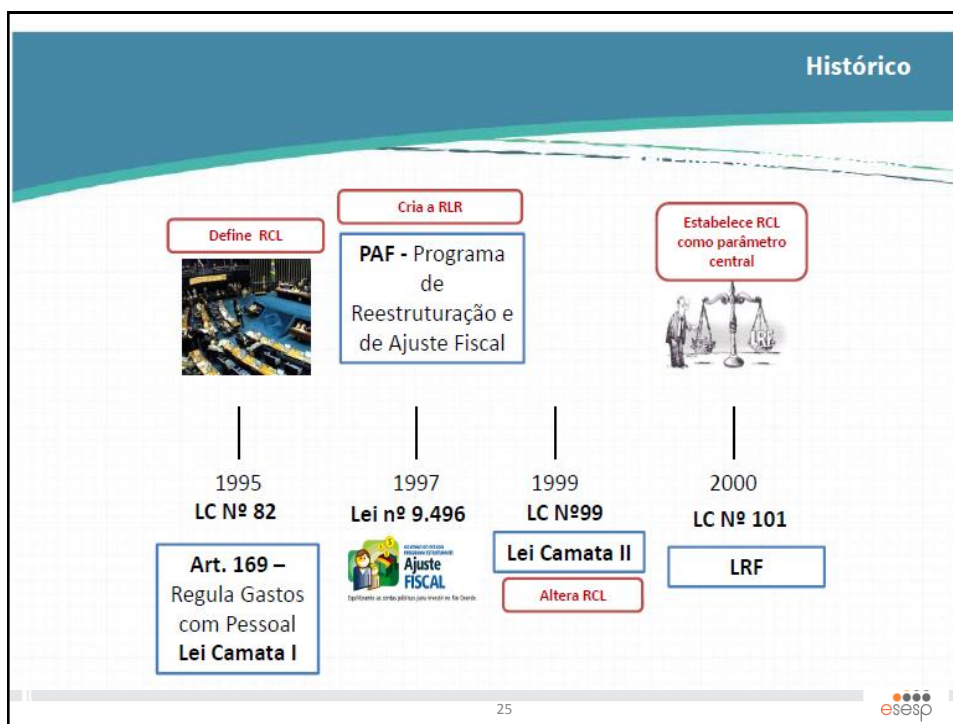




23



24



## RCL - Conteúdo do Demonstrativo

- As receitas intraorçamentárias **não devem** ser incluídas no cálculo da RCL;
- As receitas correntes são computadas **líquidas** das deduções contábeis (restituições; anulações, etc) – exceto em relação ao valores pagos ao FUNDEB e às repartições constitucionais.

27



### Dúvidas Frequentes

Receitas **Intra Orçamentárias**

- ✓ Transações de entidades integrantes do mesmo OFSS
- ✓ Caracterizam duplicidade
- ✓ Modalidade 91

28




## Dúvidas Frequentes

### Receitas **vinculadas**

✓ **Não serão deduzidas** para efeito de cômputo da **RCL**

Convênios	SUS
Salário-Educação	Fundo de combate à pobreza

29 

## Dúvidas Frequentes


### Receitas **IRRF**

CF/88 Art. 157. Pertencem aos **Estados** e ao **Distrito Federal**:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre **renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte**, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CF/88 Art. 158. Pertencem aos **Municípios**:


I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre **renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte**, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

30 

## Dúvidas Frequentes

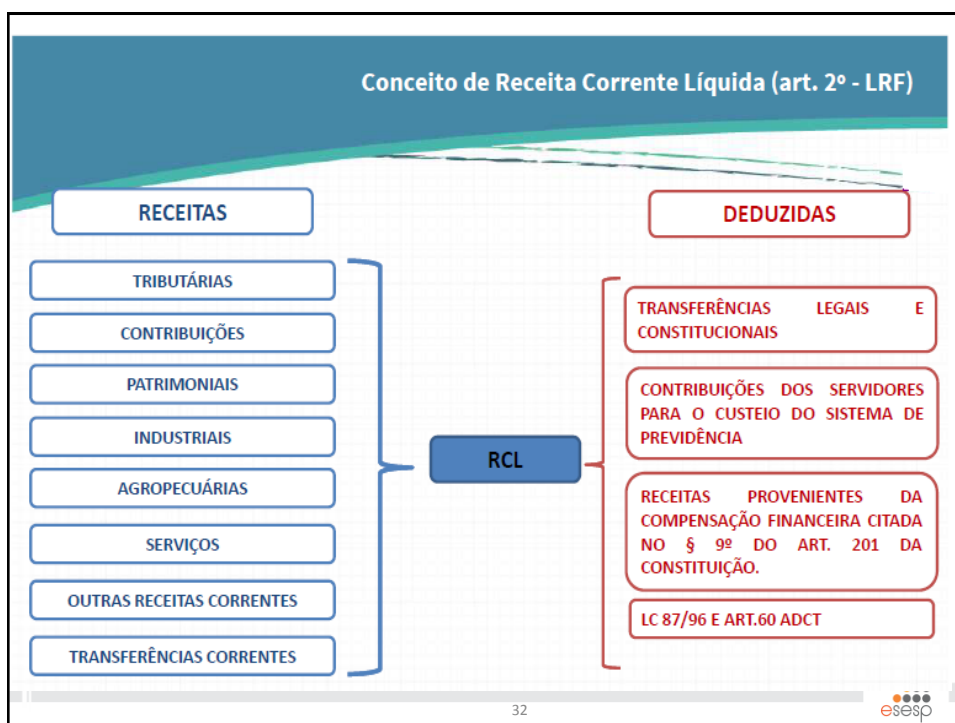
Receitas **temporárias**

✓ **Não serão deduzidas** para efeito de cômputo da **RCL**

 **Evitar** margem de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado em nível incompatível com o equilíbrio das contas públicas quando essas receitas cessarem.

esesp

31



32

Deduções da RCL		
Estados	Municípios	Distrito Federal
Transferências <b>Constitucionais e Legais</b> Efetuadas		
Contribuições do Servidor e Militar ao <b>RPPS</b>	Contribuições do Servidor ao <b>RPPS</b>	Contribuições do Servidor ao <b>RPPS</b>
Receita <b>Recebida</b> de <b>Compensação</b> entre <b>Regimes de Previdência</b>	Receita <b>Recebida</b> de <b>Compensação</b> entre <b>Regimes de Previdência</b>	Receita <b>Recebida</b> de <b>Compensação</b> entre <b>Regimes de Previdência</b>
Valores Pagos <b>FUNDEB</b>	Valores Pagos <b>FUNDEB</b>	Valores Pagos <b>FUNDEB</b>


33



## Dúvidas Frequentes

Restos a pagar **cancelados**

✓ Não deverão ser contabilizados como receita orçamentária, **não integrando**, dessa forma, a RCL.

 Caso o ente considere os restos a pagar cancelados como receita orçamentária, o montante relativo ao cancelamento **deverá ser deduzido da RCL**.

34



Demonstrativo da RCL - Estado													
<ENTE DA FEDERAÇÃO> RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL <PERÍODO DE REFERÊNCIA>													
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso D)												Em R\$ mil	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											TOTAL	PREVISÃO
	MR-11	MR-10	MR-9	MR-8	MR-7	MR-6	MR-5	MR-4	MR-3	MR-2	MR-1	ÚLTIMOS 12 MESES	ATUALIZADA EXERCÍCIO
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>													
Receita Tributária													
ICMS													
IPUA													
ITCD													
IRRF													
Outras Receitas Tributárias													
Receita de Contribuições													
Receita Patrimonial													
Receita Agropecuária													
Receita Industrial													
Receita de Serviços													
Transferências Correntes													
Cota-Parte do FPE													
Transferências da LC 87/1996													
Transferências da LC 61/1999													
Transferências do FUNDEB													
Outras Transferências Correntes													
Outras Receitas Correntes													
<b>DEDUÇÕES (II)</b>													
Transferências Constitucionais e Legais													
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência													
Contrib. dos Militares para o Custeio das Pensões													
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários													
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>													
FONTE: Sistema "sistema", Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.													

35



## PROGRAMA

### 2. Planejamento e orçamento, receita e despesa

- Princípios Orçamentários
- Receita Pública;
- Despesa Pública;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Dispositivos da LRF sobre receita e despesa pública;

36





## Capítulo II – Do Planejamento

Art. 3º - PPA - Vetado

Art. 4º - Da Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 5º - Da Lei Orçamentária Anual

Art. 8º ao 10º - Da execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas



37



## Do Planejamento

### Constituição Federal

- ✓ PPA - Plano Plurianual
- ✓ LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- ✓ LOA - Lei Orçamentária Anual

### Lei 4.320/64

- ✓ Direito Financeiro – Normas Gerais
- ✓ Orçamentos – Elaboração e Controle
- ✓ União, Estados, DF e Municípios

### Lei de Responsabilidade Fiscal

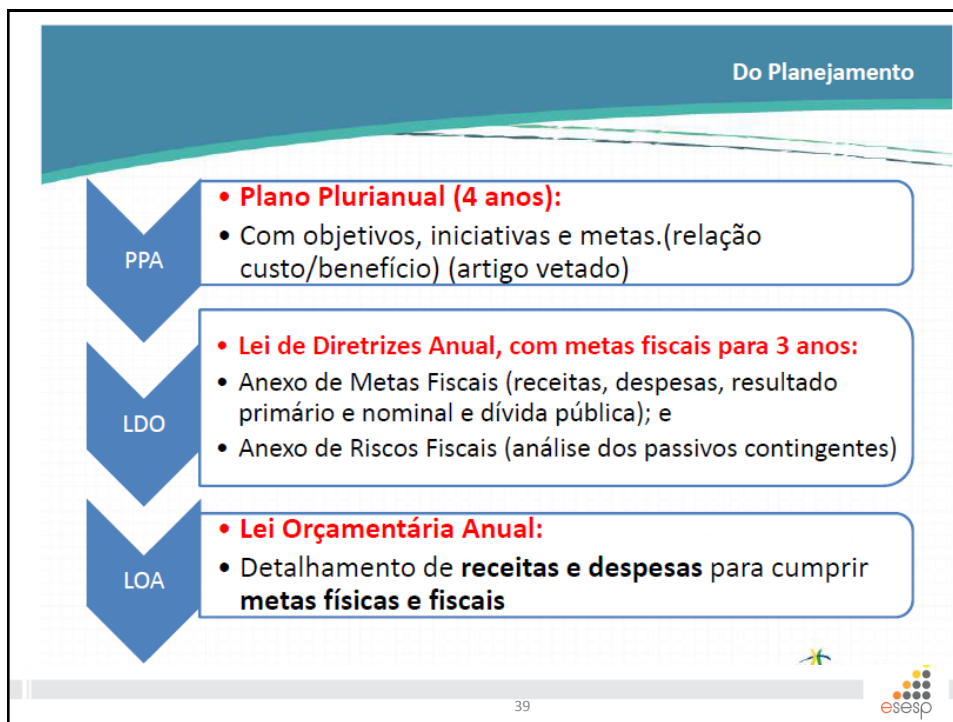
- ✓ Reforça vínculos entre PPA, LDO e LOA.
- ✓ LOA compatível com o PPA e LDO
- ✓ Despesa adequada à LOA e compatível com PPA e LDO



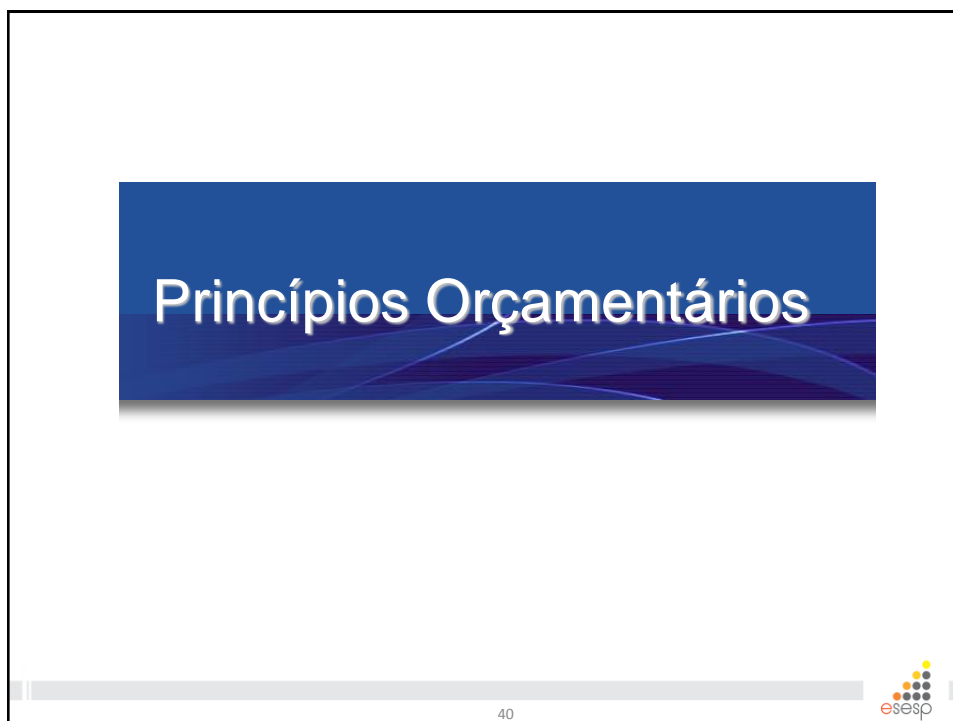
38





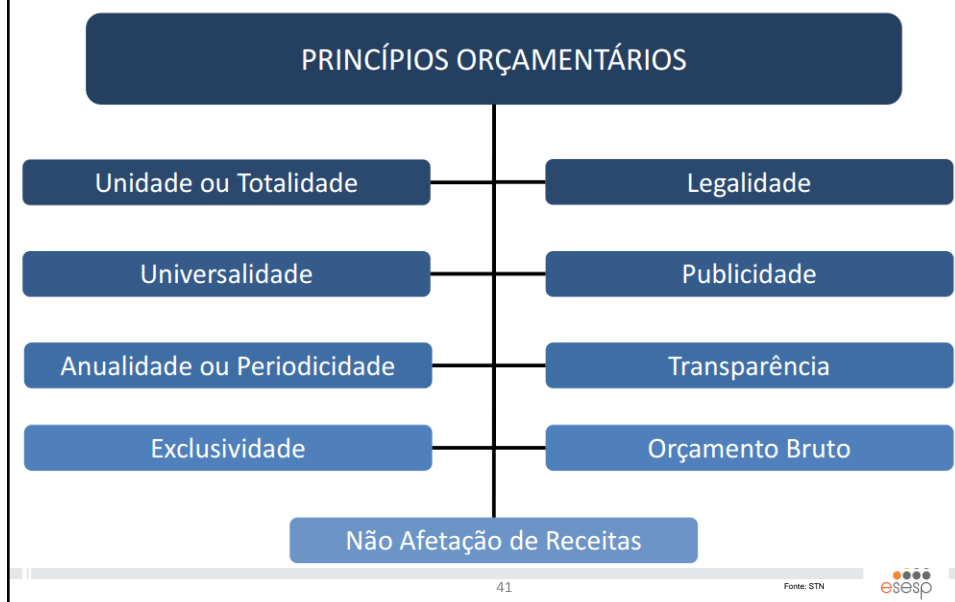


39



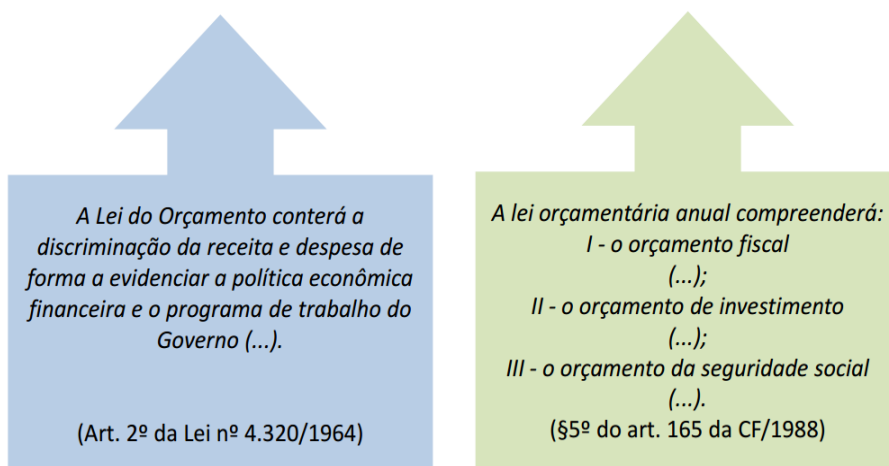
40

## Princípios Orçamentários



## Princípios Orçamentários

### Unidade / Totalidade



## Princípios Orçamentários

### Universalidade

A Lei de Orçamentos compreenderá **todas as receitas**, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

(Art. 3º da Lei nº 4.320/1964)

A Lei de Orçamento compreenderá **todas as despesas** próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada (...).

(Art. 4º da Lei nº 4.320/1964)

43

Fonte: STN



## Princípios Orçamentários

### Anualidade ou Periodicidade

O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

(Art. 34 da Lei nº 4.320/1964)

Os créditos especiais e extraordinários terão **vigência no exercício financeiro em que forem autorizados**, salvo se o ato de autorização for promulgado nos **últimos quatro meses** daquele exercício (...)

(§2º do art. 167 da CF/1988)

44

Fonte: STN



## Princípios Orçamentários

### Exclusividade

A lei orçamentária anual **não conterá dispositivo estranho** à previsão da receita e à fixação da despesa.

**Não se inclui na proibição:** abertura de créditos suplementares operações de crédito, ainda que por ARO.

(§8º do art. 165 da CF/1988)

### Legalidade

**Leis de iniciativa do Poder Executivo** estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

(Art. 165 da CF/1988)

45

Fonte: STN



## Princípios Orçamentários

### Publicidade

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência (...).

(Art. 37 da CF/1988)

### Transparência

São **instrumentos de transparência** da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias (...)

(Art. 48 da LC nº 101/2000)

46

Fonte: STN



## Princípios Orçamentários

### Orçamento Bruto

*Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.*

(Art. 6º da Lei nº 4.320/1964)

### Não Afetação de Receitas

*[É vedada] a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa*

**Ressalvadas:**

*FPM, FPE, FNE, FNO, FCO*

*Recursos para área de saúde e ensino  
Atividades da administração tributária  
Garantias a ARO e débitos com a União*

(Art. 167, IV, da CF/1988)

47

Fonte: STN

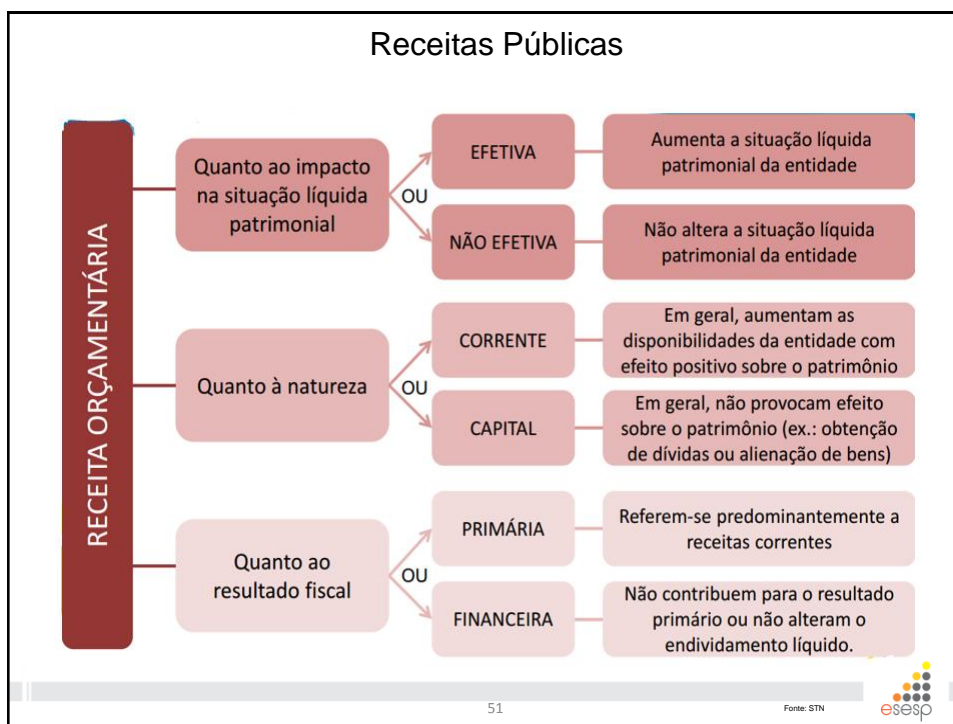


## Receita Orçamentária

48







## Deduções de Receitas

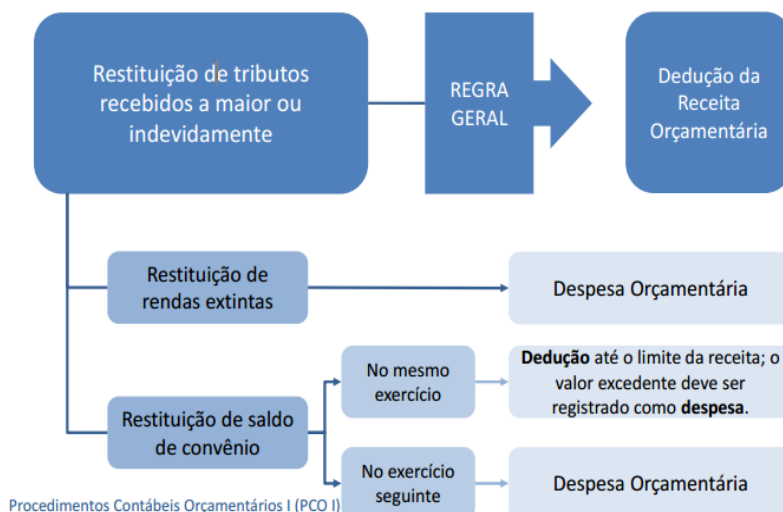
### CONCEITO DE DEDUÇÕES

Recursos arrecadados que não pertencem ao ente arrecadador, não sendo aplicáveis em programas e ações governamentais de responsabilidade do mesmo.

### PRINCIPAIS SITUAÇÕES DE USO DE DEDUÇÕES DE RECEITAS

- Restituição de receitas orçamentárias; e
- Recursos que o ente tenha competência de arrecadar mas que pertençam a outro ente;

## Restituição de Receitas



53

Fonte: STN



## Deduções de Receitas - Restituição

### EXEMPLO 1 – REGRA GERAL

No exercício X1, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 60,00.  
No exercício X2, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 40,00 e deverá restituir R\$ 50,00.

Exercício X1

Receita  
60

Exercício X2

10

Dedução da receita: 40  
Despesa orçamentária: 10

### EXEMPLO 2 – RECEITA EXTINTA

No exercício X1, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 100,00.  
No exercício X2, não houve receita orçamentária e o ente deverá restituir R\$ 60,00.

Exercício X1

Receita  
100

Exercício X2

Receita  
0Despesa  
60

Despesa orçamentária: 60

54

Fonte: STN





## Deduções de Receitas - Restituição

### EXEMPLO 3 – REGRA GERAL

No exercício X1, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 100,00 e deverá restituir R\$ 20,00 no mesmo exercício.

#### Exercício X1

Receita  
80

Dedução da receita:  
20

### EXEMPLO 4 – REGRA GERAL

No exercício X1, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 60,00. No exercício X2, o ente recebeu receita orçamentária no valor de R\$ 40,00 e deverá restituir R\$ 30,00 referentes a receitas do exercício anterior.

#### Exercício X1

Receita  
60

#### Exercício X2

10

Dedução da receita: 30

55

Fonte: STN



## Deduções de Receitas - Restituição

### EXEMPLO 5 – RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS – MESMO EXERCÍCIO

No exercício X1, o ente recebeu recursos de convênios no valor de R\$ 100,00. Neste mesmo exercício, o ente não utilizou R\$ 50,00, que deverá ser restituído.

#### Exercício X1

Receita  
100

Dedução da receita:  
50

### EXEMPLO 6 – RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS – EXERCÍCIO SEGUINTE

No exercício X1, o ente recebeu recursos do convênio A no valor de R\$ 100,00. Fez uso de R\$ 60,00. No exercício X2, restituiu R\$ 40,00 do convênio A ao concedente, e recebeu R\$ 20,00 do convênio B.

#### Exercício X1

Receita  
100  
(Convênio A)

#### Exercício X2

Receita  
0

Despesa  
40

Despesa orçamentária: 40

Receita  
20  
(Convênio B)

56

Fonte: STN



## Questão

CESPE – Analista – ANAC – 2009 - Adaptada

*Para a correta consolidação das contas públicas, é recomendável que a formalização da restituição de receitas recebidas, em qualquer exercício e para qualquer caso, ocorra por dedução da respectiva natureza da receita.*

57



## Questão

CESPE – Analista – ANAC - 2009

*Caso haja devolução de saldos de convênios no mesmo exercício em que sejam recebidas transferências de convênio ou contrato, deve-se contabilizar o valor restituído como despesa orçamentária, sendo o valor limitado ao de transferências recebidas no exercício.*

58



## Questão

CESPE – Analista – ANAC - 2009

*Em rendas extintas, o fato gerador da receita não representa mais situação que gere arrecadações para o ente. Em casos de devolução de saldos de convênios e de contratos, quando o valor da restituição ultrapassar o valor das transferências recebidas no exercício, deve-se registrar esse valor como despesa orçamentária.*

59



## Questão

CESPE – Técnico de Orçamento – MPU - 2010

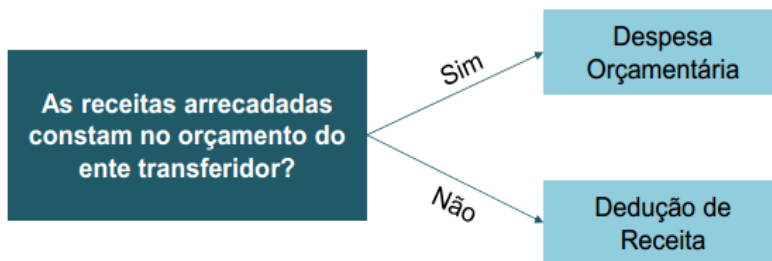
*As receitas recebidas que não pertencerem ao ente arrecadador, quando transferidas a seus legítimos proprietários, devem ser registradas na contabilidade do ente arrecadador em contas redutoras de receita, à exceção dos tributos recebidos indevidamente a maior, cuja restituição deve ser consignada como despesa pública.*

60

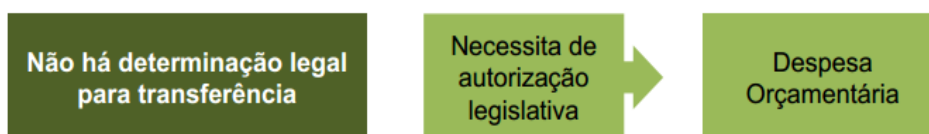


## Transferências de Recursos Intergovernamentais

### Registro das Transferências Constitucionais ou Legais



### Registro das Transferências Voluntárias



61

Fonte: STN



## Questão

CESPE – Analista – ANAC - 2009

*No que se refere ao ente tributante, a transferência de recursos arrecadados deve ser registrada como dedução de receita ou como despesa orçamentária.*

62



## Questão

CESPE – Analista – MPU - 2010

*A receita orçamentária, sob as rubricas próprias, engloba todas as receitas arrecadadas e que não possuem caráter devolutivo, inclusive as provenientes de operações de crédito. Por sua vez, os ingressos extraorçamentários são aqueles pertencentes a terceiros, arrecadados pelo ente público, exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.*

63



## Questão

CESPE – IPEA – Técnico de Orçamento e Finanças - 2008

*Se um cidadão deseja fazer uma doação em dinheiro para o Governo e se essa espécie de receita não está prevista na lei orçamentária, o governo deve arrecadá-la, todavia, será ela contabilizada como orçamentária.*

64



## Questão

ESAF – AFC – CGU – 2008 - adaptada

*As receitas intraorçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas.*

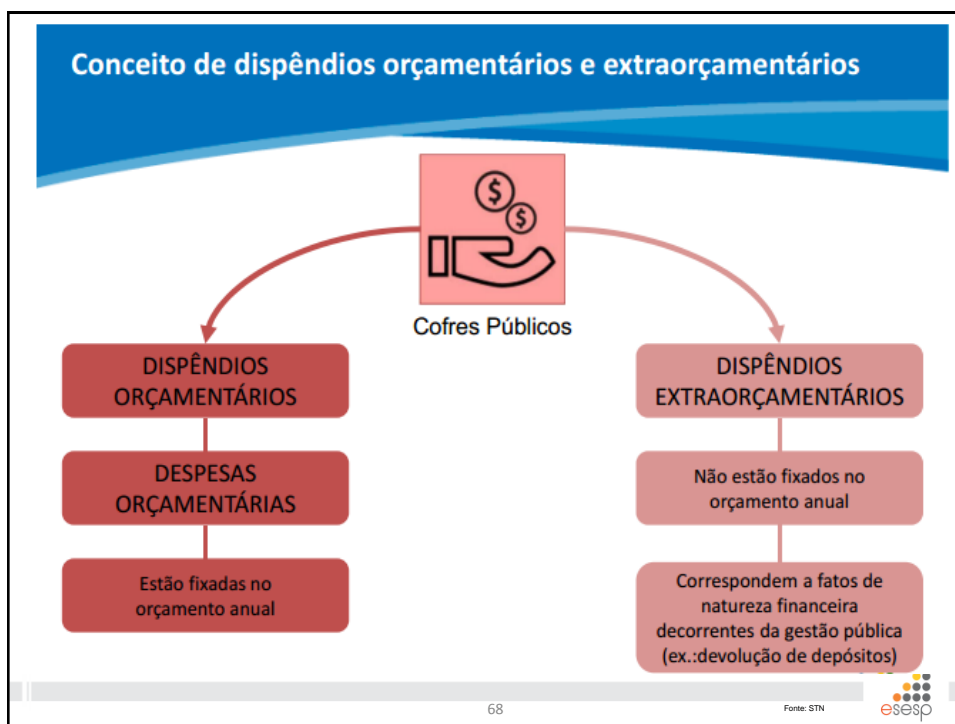
65

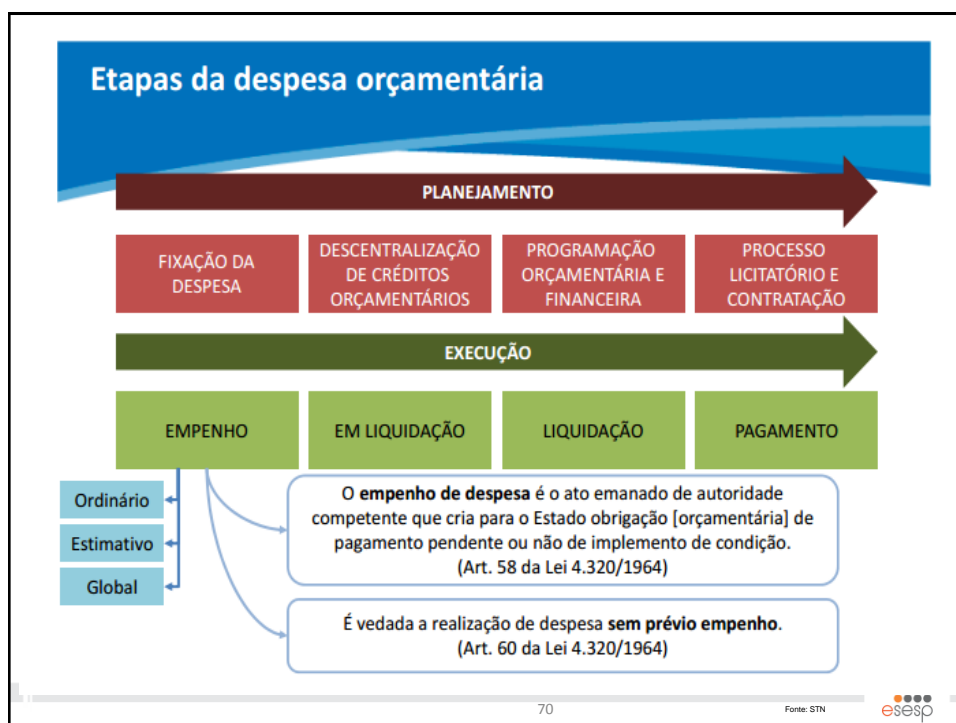
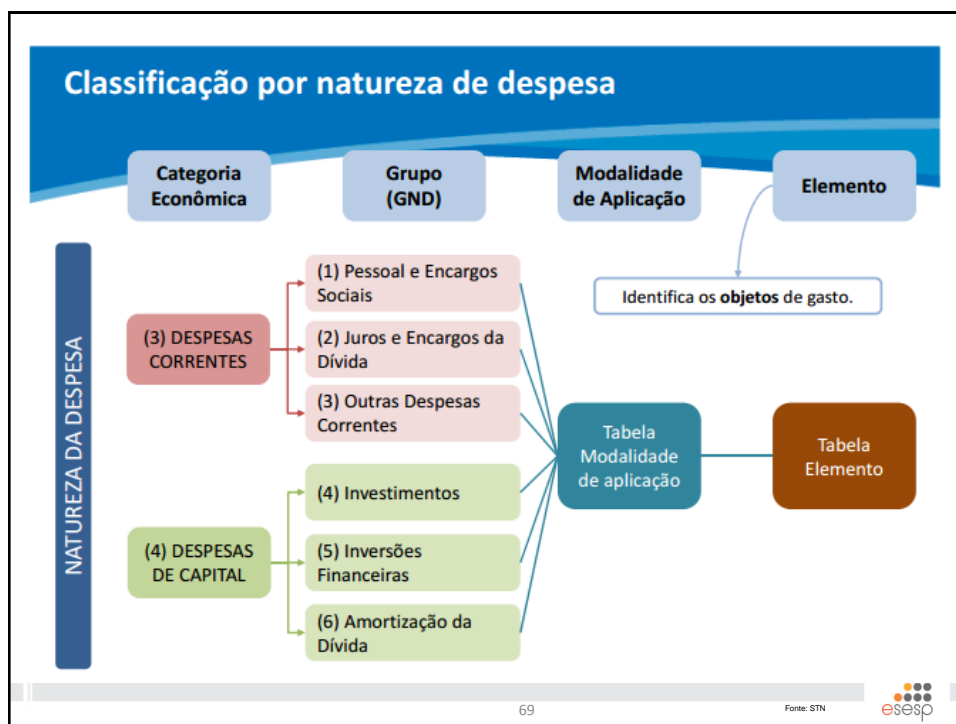


Despesa Orçamentária

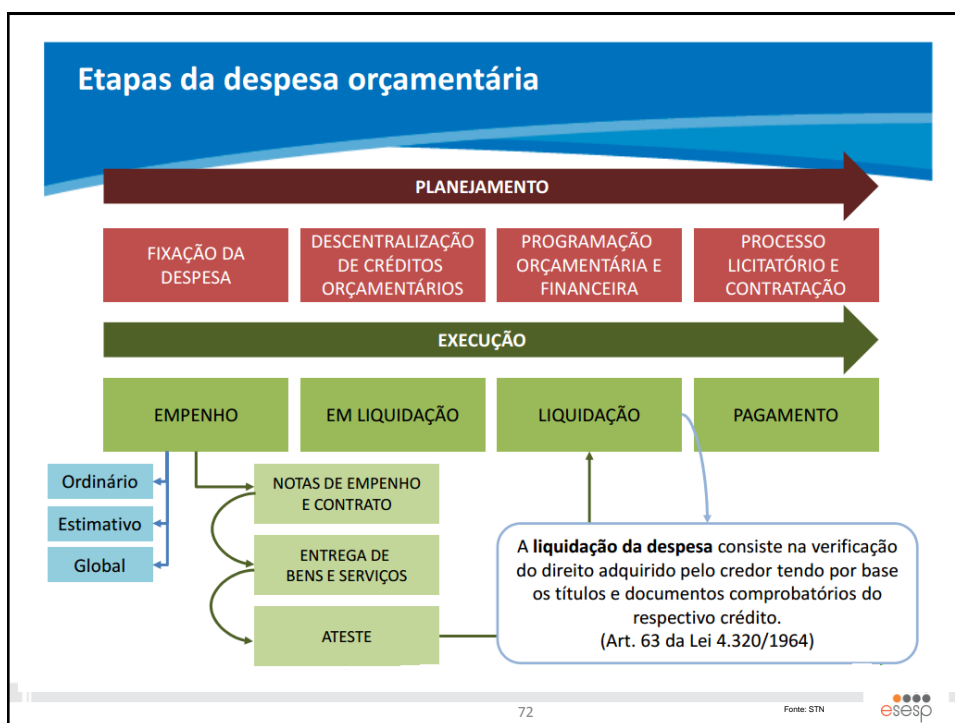
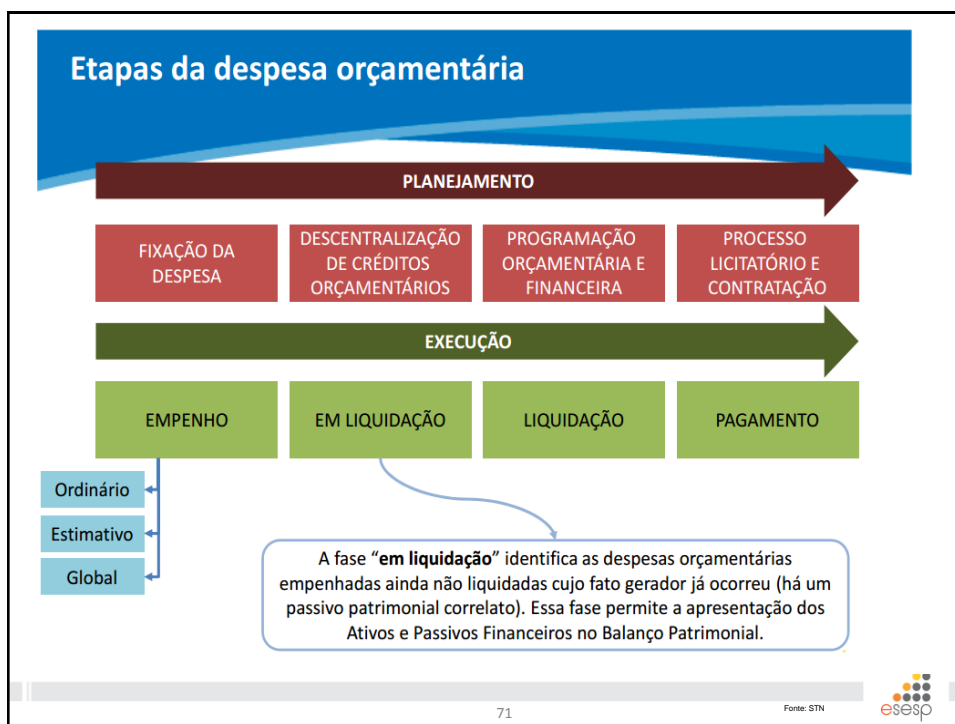
66

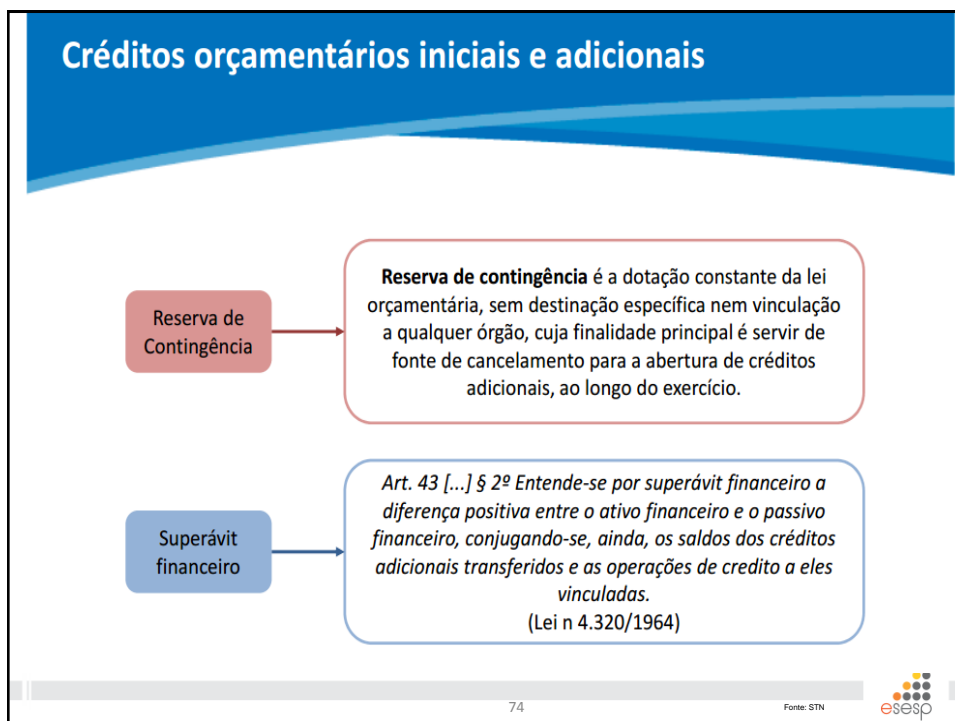


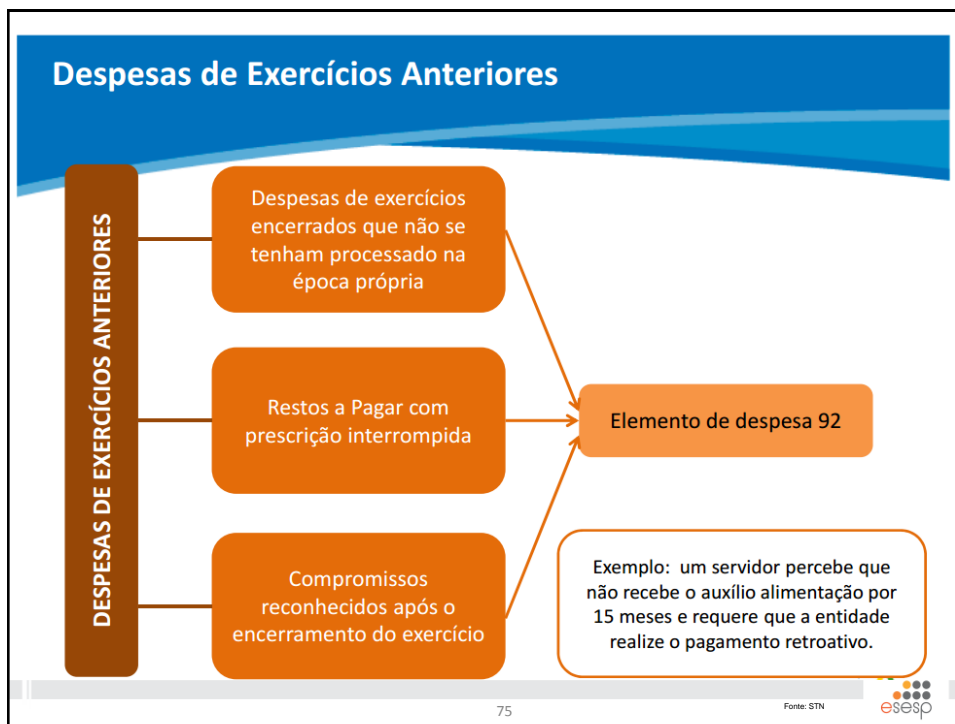












## Metas Fiscais

**Metas Fiscais** representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os **objetivos desejados** pela Administração quanto à trajetória de **endividamento** no médio prazo.



77



## Exigência Legal

### Anexo de Metas Fiscais



LC nº 101/2000, art. 4º, § 1º:

Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias **Anexo de Metas Fiscais**, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a **receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública**, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

78



## Exigência Legal



§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - **avaliação do cumprimento** das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com **memória e metodologia de cálculo** que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

...

79



## De quem é a responsabilidade de estabelecer Metas ?

CF 88

Art. 165. Leis de iniciativa do **Poder Executivo** estabelecerão:

...

II - as diretrizes orçamentárias

LRF

Art. 1º. § 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**.



80



## Objetivos do Anexo de Metas Anuais

### Qual o objetivo do Demonstrativo de Metas Anuais?

- Dar transparência sobre as metas fiscais relativas ao ente
- Sustentar a avaliação da política fiscal estabelecida pelo chefe do Poder Executivo para o triênio
- Orientar a elaboração do projeto de lei orçamentária anual de forma a permitir o alcance das metas conforme planejado.

81

esesp

## Anexo de Metas Anuais - parâmetros

### Demonstrativo de Metas Anuais

*Por onde começar para se estabelecer as metas fiscais?*

**Receitas**

**Projeção dos valores a serem arrecadados no período**

**Despesas**

**Projeção dos gastos no período**

**Resultado Primário**

**Economia fiscal que o governo se disporá a alcançar**

**Resultado Nominal**

**Estoque da dívida**

**Dívida Pública**

**Montante que garante o equilíbrio fiscal**

82

esesp





## Dívida Consolidada ou Fundada

Montante total, apurado sem duplicidade, das **obrigações financeiras** do Ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, tratados, da realização de **operações de crédito** e da **emissão de títulos** para amortização em prazo **superior a doze meses**, além das **operações de crédito** com prazo **inferior a doze meses** que tenham **constado** como receita na **Lei do Orçamento**.

(LRF, Art. 29, I e § 3º, e RSF n.º 43/2001, art. 2º, III)

85



## Dívida Consolidada ou Fundada

Para fins de aplicação dos limites, integram a dívida pública consolidada:

**Precatórios judiciais** emitidos a **partir de 5 de maio de 2000** e **não pagos** durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos. (RSF n.º 43/2001, art. 2º, III).

86





## Necessidade de Financiamento do Setor Público

### Resultado Primário e Resultado Nominal “O exemplo de casa”

+ 1.000	Salário
(400)	Aluguel
(200)	Alimentação
(200)	Outras despesas
<hr/>	
200	Resultado Primário
(250)	(+/-) Juros
<hr/>	
(50)	Resultado Nominal

87

esesp

## Resultado Primário - RP

$$RP = \text{RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS} - \text{DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS}$$

onde:

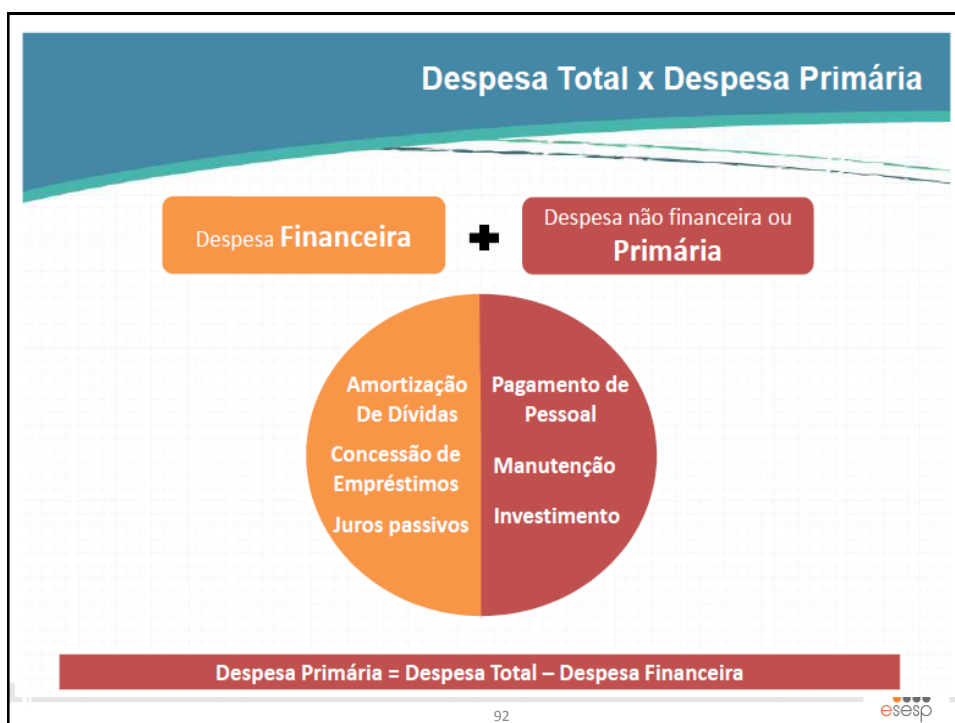
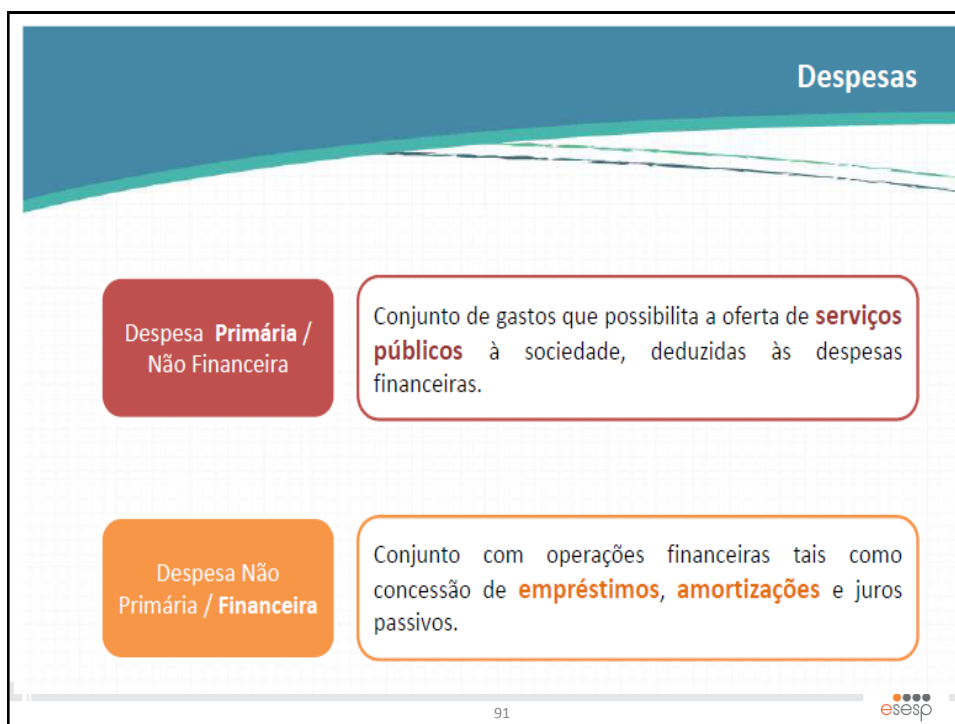
**Receitas não-financeiras** = receitas arrecadadas no exercício – (receitas de operações de crédito + receitas de privatização + receitas de aplicações financeiras).

**Despesas não-financeiras** = total de despesas – (despesas com juros e amortização da dívida + despesas de concessão de empréstimos com retorno garantido ao ente federado).

88

esesp





## Resultado Nominal - RN

$$\text{RN} = \text{RESULTADO PRIMÁRIO} + \text{CONTA DE JUROS NOMINAIS}$$

**Conta de juros nominais** = recebimentos de juros – pagamentos de juros decorrentes de operações de crédito realizadas.

O resultado nominal irá caracterizar a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

93



## Desvendando o demonstrativo

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	<Ano de Referência>			<Ano+1>			<Ano+2>		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total									
Receitas Primárias (I)									
Despesa Total									
Despesas Primárias (II)									
Resultado Primário (III) = (I - II)									
Resultado Nominal									
Dívida Pública Consolidada									
Dívida Consolidada Líquida									
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

94



## Lei Estadual 10.556/2016 – LDO 2017

2017									
AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, Art. 4º, § 1º)									
R\$ MIL									
ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	VALOR		% PIB (ES)	VALOR		% PIB (ES)	VALOR		% PIB (ES)
	CORRENTE (A)	CONSTANTE		CORRENTE (B)	CONSTANTE		CORRENTE (C)	CONSTANTE	
RECEITA TOTAL	15.442.552	14.568.445	11,41	15.645.547	14.002.419	11,39	16.330.928	13.919.828	11,65
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	13.901.973	13.115.068	10,27	14.644.253	13.106.283	10,66	15.411.589	13.136.221	11,00
DESPESA TOTAL	15.442.552	14.568.445	11,41	15.645.547	14.002.419	11,39	16.330.928	13.919.828	11,65
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	14.709.262	13.876.662	10,87	14.776.087	13.224.272	10,76	15.397.849	13.124.510	10,99
RESULTADO PRIMÁRIO (III = I - II)	(807.289)	(761.594)	(0,60)	(131.834)	(117.988)	(0,10)	13.740	11.711	0,01
RESULTADO NOMINAL	815.909	769.725	0,60	347.283	310.811	0,25	(29.379)	(25.042)	(0,02)
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	8.085.364	7.627.702	5,97	8.277.600	7.408.269	6,03	8.272.286	7.050.965	5,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	5.510.660	5.198.735	4,07	5.783.402	5.176.017	4,21	5.701.264	4.859.529	4,07
RECEITAS PRIMÁRIAS ADVINDAS DE PPP (IV)	15	14	0	15	13	0	15	13	0
DESPESAS PRIMÁRIAS GERADAS DE PPP (V)	38.500	36.321	0,03	72.800	65.154	0,05	92.600	78.929	0,07
IMPACTO DO SALDO DAS PPP (VI) = (IV - V)	(38.485)	(36.307)	(0,03)	(72.785)	(65.141)	(0,05)	(92.585)	(78.916)	(0,07)

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 18/04/2016

95

esesp

## Questão

### Livro Entendendo Resultados Fiscais\*

*O AMF estabelece as metas de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública a serem observadas no exercício financeiro a que se refere, além de indicar as metas fiscais para os dois exercícios seguintes.*

## Questão

Livro *Entendendo Resultados Fiscais\**

*No ARF, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*


\*FEIJÓ, P. H. CARVALHO JR, A. C. C. D. 2015

97



Exigência Legal

**Anexo de Riscos Fiscais**



LC nº 101/2000, art. 4º, § 3º:

A lei de diretrizes orçamentárias conterá **Anexo de Riscos Fiscais**, onde serão avaliados os **passivos contingentes** e **outros riscos** capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

98







99



100

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Previdenciais			
<ENTE DA FEDERAÇÃO>			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
<ANO DE REFERÊNCIA>			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	
Fonte:			

101



## Questão

### Livro *Entendendo Resultados Fiscais\**

No ARF, serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

\*FEIJÓ, P. H. CARVALHO JR, A. C. C. D. 2015

102





## Da execução orçamentária e do cumprimento das metas

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. [\(Vide Decreto nº 4.959, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 5.356, de 2005\)](#)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

103



## Da execução orçamentária e do cumprimento das metas

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

...

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

104



### Capítulo III – Da Receita Pública

Art. 11º ao 13º - Da Previsão e da Arrecadação



Art. 14º - Da Renúncia de Receita

O contexto histórico:

- negligência na arrecadação;
- concessão de incentivos fiscais para atrair investimentos e gerar empregos → guerras fiscais.

105



### Receita Pública

Art. 11 LRF - Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Cada ente deverá explorar adequadamente sua base tributária, o que o auxiliará no cumprimento das metas fiscais e no atendimento das diferentes despesas de sua competência.



106



## Renúncia de Receita Pública

Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita

➤ Estimativa do impacto orçamentário-financeiro por 3 anos.

1 - Estar de acordo com LOA e LDO, ou;

2 - Ser compensada por aumento de receita:

- a) elevação de alíquotas;
- b) ampliação da base de cálculo;
- c) majoração ou criação de tributo ou contribuição.



107



## Renúncia de Receita Pública

Anistia;

Remissão;

Subsídio;

Crédito presumido;

Concessão de isenção em caráter não geral;

Alteração de alíquota;

Modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições;

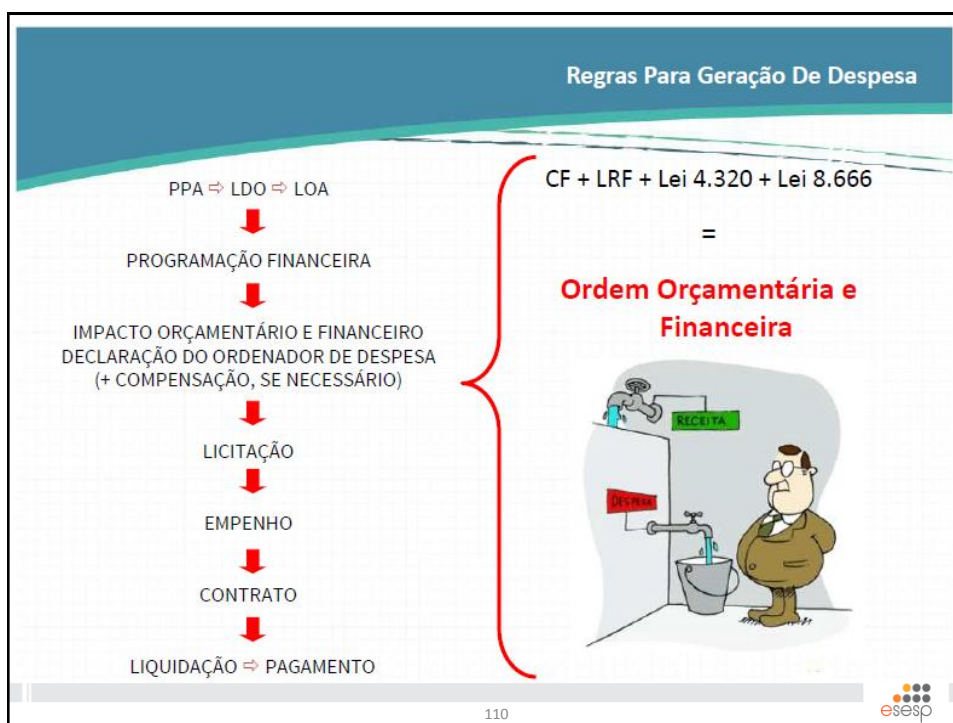
Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

108



Capítulo IV – Da Despesa Pública	
Art. 15º e 16º - Da Geração da Despesa	
Art. 17º - Da despesa Obrigatória de Caráter Continuado - DOCC	
Art. 18º - Da Despesa com Pessoal (Definições e Limites)	
Art. 21º - Do Controle da Despesa Total com Pessoal	
Art. 24º - Das Despesas com a Seguridade Social	
Art. 25º - Das Transferência Voluntárias	
Art. 26º - Da Destinação de Recursos Públicos para o setor Privado	

109



110




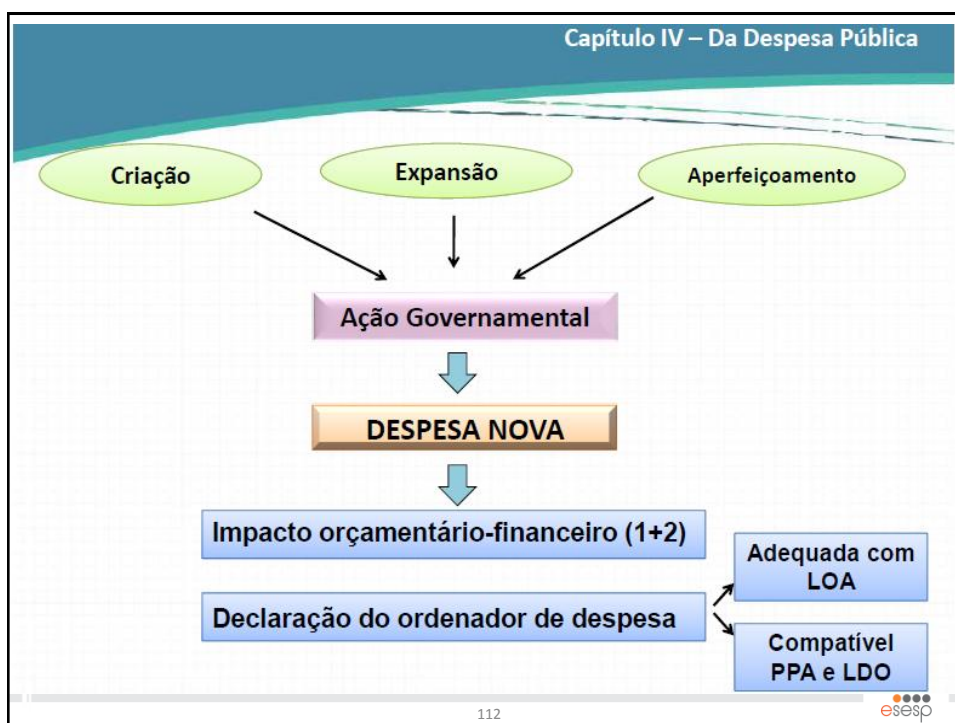
**Capítulo IV – Da Despesa Pública**

**Art. 15.** Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a **geração de despesa ou assunção de obrigação** que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

**Art. 16** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:


- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

111 



## Despesa Obrigatória de Caráter Continuado - DOCC

São as despesas que chegam dadas, definidas, **rígidas** ao processo orçamentário, com **obrigatoriedade de alocação**.



Art. 17 ⇒ Despesa corrente derivada de **lei, medida provisória** ou **ato normativo** que fixe para o ente obrigação legal de sua execução por um período **superior a dois exercícios**.

113

esesp

## Despesa Obrigatória de Caráter Continuado - DOCC

DESPEAS	
<b>DISCRICIONÁRIA</b>	<b>OBRIGATÓRIA</b>
Autorizada por meio do <b>processo orçamentário anual</b> de acordo com a disponibilidade de recursos.	Criada por meio de <b>outro instrumento legal</b> , que não o orçamentário, sem discricionariedade para a alocação de recursos.

114

esesp



## Exemplos

- Lei 10.559/02 – Indenização econômica mensal e permanente para anistiados políticos.



- Lei 10.880/04 – Programa de Educação de Jovens e Adultos: MEC determinará o valor a ser repassado aos Estados, DF e Municípios, observado o montante de recursos disponíveis para esse fim, constante da LOA.



115



## Onde controlar a DOCC?

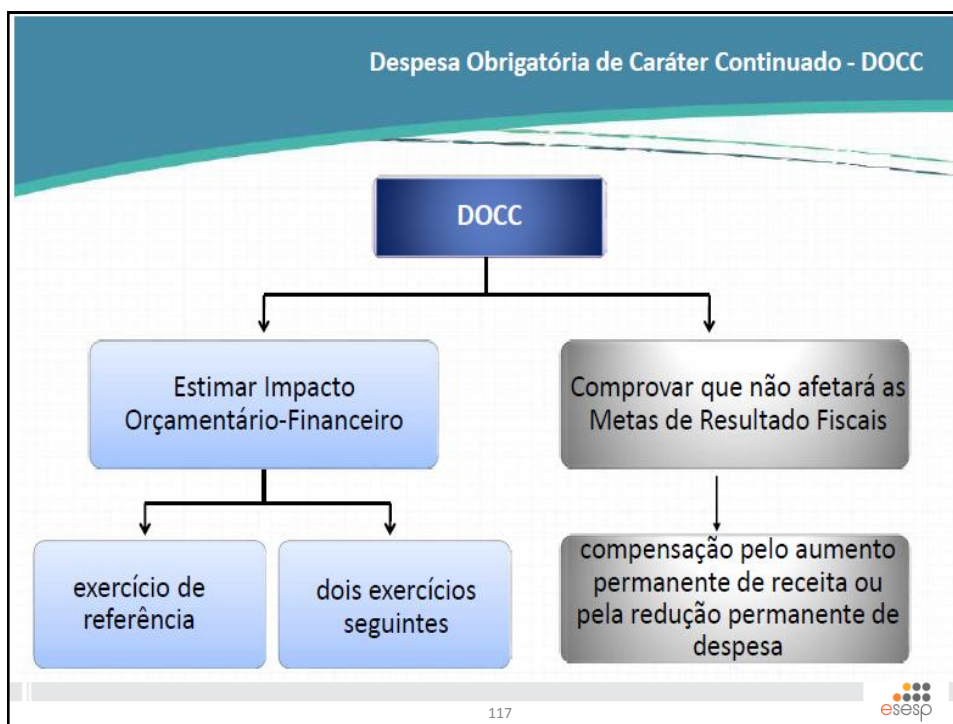


Art. 17: Estabelece os critérios para a geração da DOCC. (**Lei, Medida Provisória ou Ato Normativo**)

Art. 4º, §2º, V: Anexo de Metas Fiscais-**Demonstrativo da Margem de Expansão** das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

116





### Demonstrativo - Margem de Expansão das DOCC

**AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 <ENTE DA FEDERAÇÃO>  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 <ANO DE REFERÊNCIA>

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para <Ano de Referência>
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

118

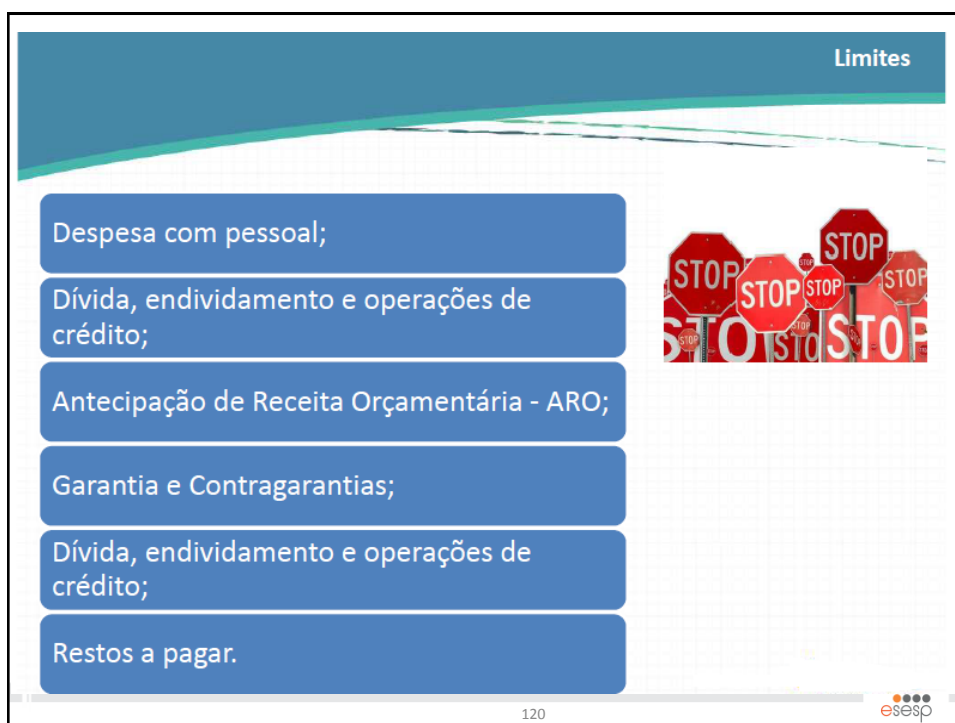


## PROGRAMA

### 3. Despesas com pessoal, transf. voluntárias e dívida na LRF

- a) Despesas com pessoal;
- b) Transferências Voluntárias na LRF;
- c) Destinação de Recursos Públicos ao Setor Privado na LRF;

119




### Despesa com Pessoal (Art. 18 da LRF)

Todos os gastos do ente da Federação com:

- os **ativos**, os **inativos** e os **pensionistas**,
- relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder,
- com **qualquer espécie remuneratória**, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza,
- bem como **encargos sociais** e **contribuições** recolhidas pelo ente às entidades de previdência


121



### Deduções para cálculo da Despesa Total com Pessoal

- **Indenizações** por demissão de servidores;
- Incentivos à **demissão voluntária**;
- **Inativos e pensionistas** custeados por **recursos vinculados** (contribuições dos segurados, compensação entre regimes e receitas arrecadadas diretamente pelo fundo de previdência e seu superávit);
- Despesas de **competência de período anterior** aos últimos doze meses (inserem-se as Sentenças judiciais).

122



## PARECER/CONSULTA TC 035/2005

i) Haverá substituição de servidores e empregados quando (i) houver contratação terceirizada para o desempenho de atividade-fim do Estado; (ii) houver contratação terceirizada para o desempenho de atividade-meio do Estado, desde que pertinentes aos conteúdos laborais do plano de cargos e salários, isto é, desde que as atividades-meio desenvolvidas sejam próprias de cargos ou categorias existentes;

ii) Não haverá dita substituição nas contratações realizadas para o desempenho de atividades-meio desde que tais atividades não sejam próprias de cargos ou categorias existentes.

123



## Questão

### CESPE – Técnico Orçamento e Finanças – IPEA - 2008

*Suponha que determinado órgão público mantenha contrato de terceirização de mão-de-obra para o serviço de operação de máquinas fotocopadoras, uma atividade que não consta das atribuições de nenhum dos cargos do quadro de pessoal do órgão em questão. Nesse caso, as despesas do contrato de terceirização não devem ser contabilizadas como outras despesas de pessoal.*

124



## Fundamento legal

**CF / 88**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em **lei complementar**.

**LC 101/2000**

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, **não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:

- I - **União: 50%** (cinquenta por cento);
- II - **Estados: 60%** (sessenta por cento);
- III - **Municípios: 60%** (sessenta por cento).

125


## Despesa Com Pessoal - Limites

Estados	60%	Executivo	49%
		Legislativo (+TC)	3%
		Judiciário	6%
		Ministério Público	2%
Municípios	60%	Executivo	54%
		Legislativo (+TC)	6%


126

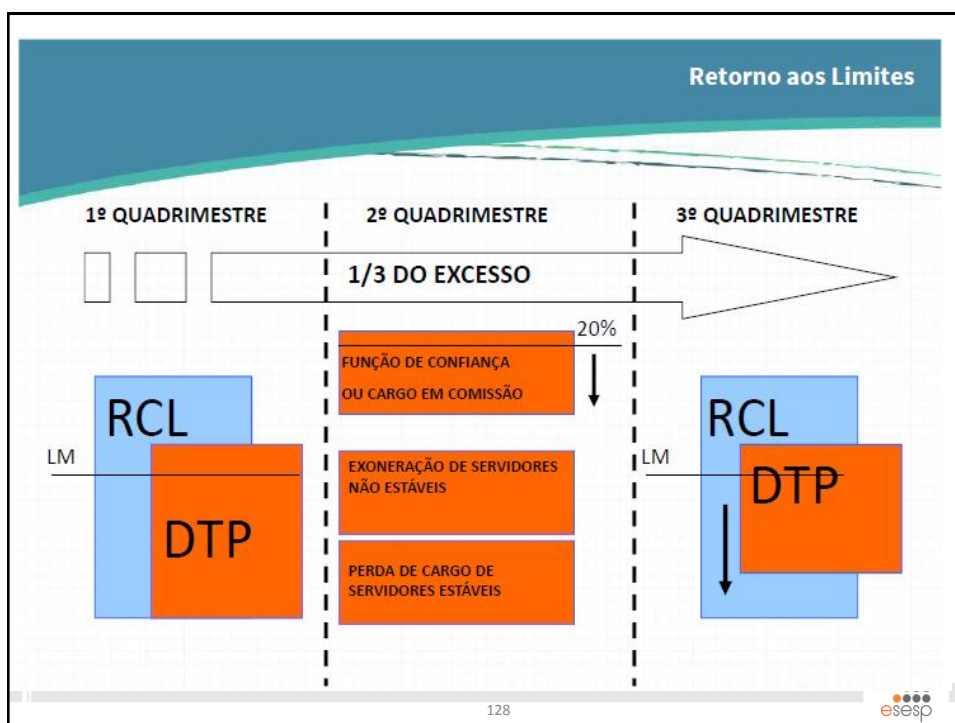
### Limites por Poder e Órgão (LRF)

- **Limite prudencial** de 95% do limite
- **Limite de alerta** dos TC's: 90% do máximo.
- É nulo de pleno direito o ato que aumente despesa de pessoal:
  - sem atender ao mecanismo de compensação
  - 180 dias antes do final do mandato.






127






## Restrições Institucionais

Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, ou se houver excesso no 1º quadrimestre do último ano de mandato, ficam suspensas:

-  transferências voluntárias
-  obtenção de garantias
-  contratação de operações de crédito

129



## Sanções Pessoais

Aumentar despesa de pessoal 180 dias antes do fim de mandato


Deixar adotar medidas ao exceder 95% do limite

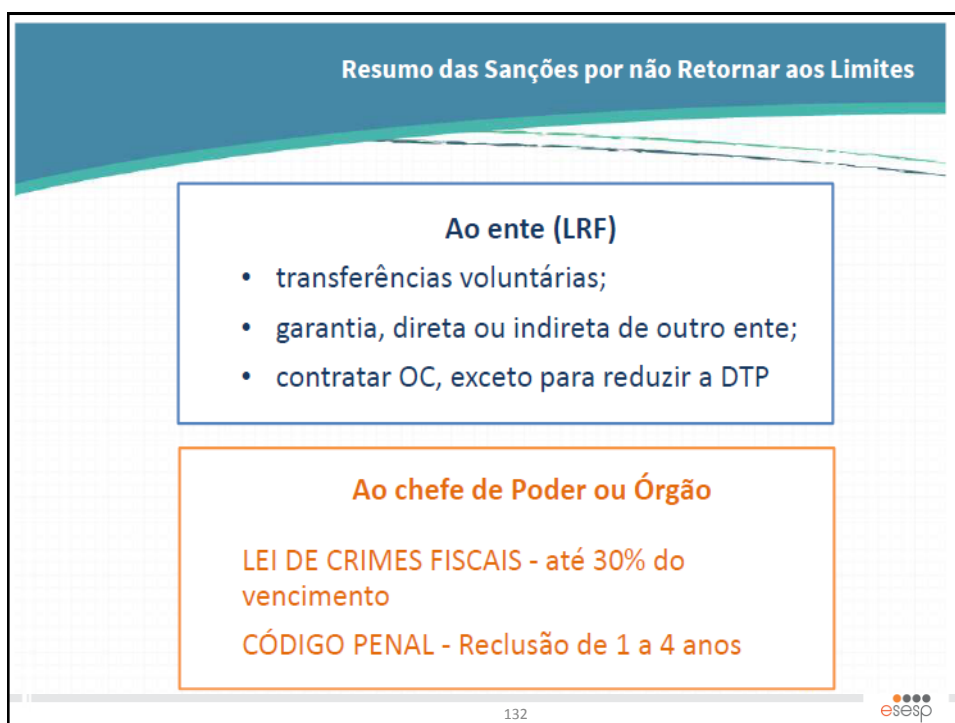
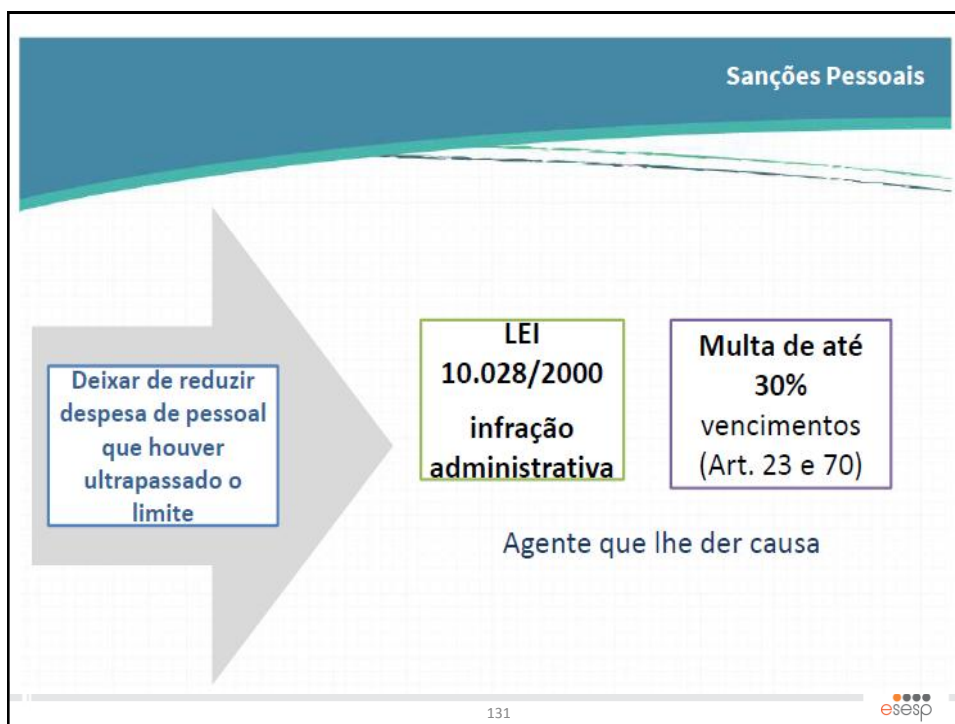
**CÓDIGO PENAL**  
Crime

**Reclusão de 1 a 4 anos**

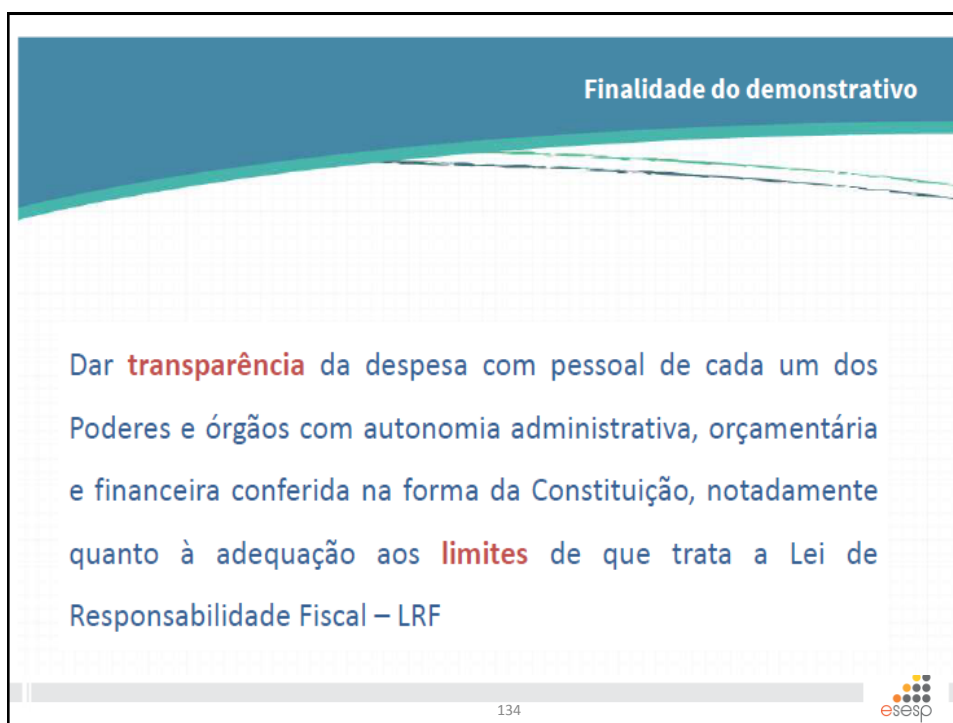
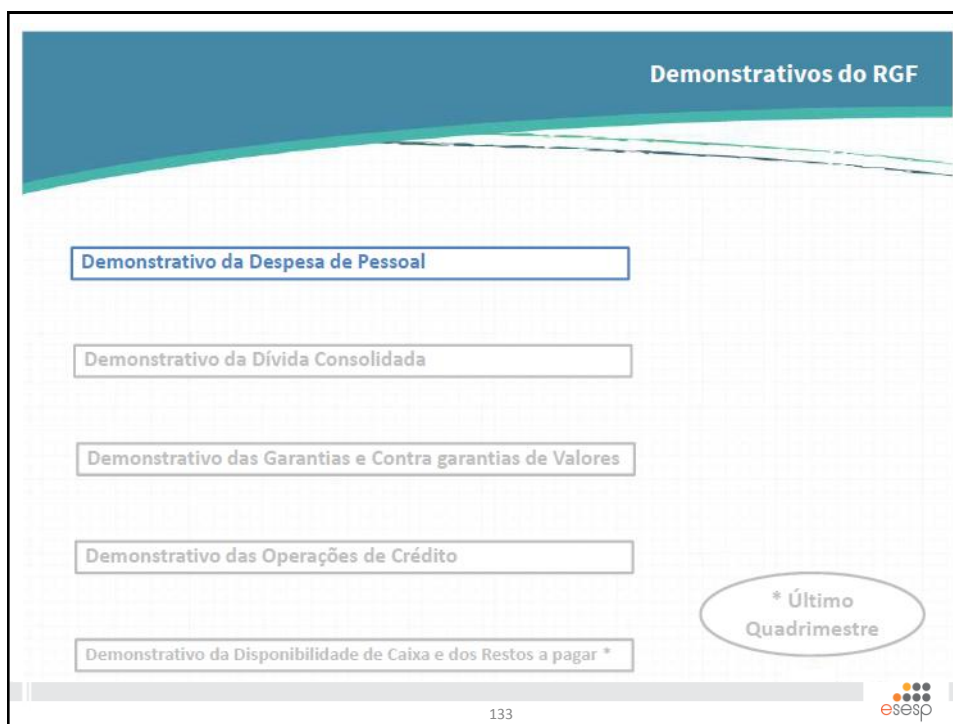
Agente que lhe der causa

130











## Conteúdo do demonstrativo

- ✓ A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o **regime de competência**.
- ✓ Despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos 12 (doze) meses:

Despesa bruta com pessoal  
Despesas não computadas para fins de verificação do limite  
Despesa total com pessoal  
% da despesa total com pessoal em relação à RCL  
Limites máximo, prudencial e de alerta

135



## Despesa com Pessoal (Art. 18 da LRF)

Todos os gastos do **ente** da Federação com:

- os ativos, os inativos e os pensionistas
- relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder
- com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza
- bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência

136



## Conceito de Despesa com Pessoal



Não depende da natureza do vínculo empregatício.



Não depende de avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação.

137



## Terceirização




Entram no cálculo da Despesa Total com Pessoal:

Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização referentes à mão de obra empregada em **atividade-fim** da instituição ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo **plano de cargos e salários** do quadro de pessoal

Despesas que **substituem servidor ou empregado público.**

138







### Despesa bruta com pessoal

- Efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público
- Obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários
- Contribuição a entidades de previdência
- Ressarcimento de pessoal requisitado
- Contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público
- Terceirizados que substituem servidor ou empregado público


139

### Despesa bruta com pessoal

- Conselheiros tutelares
- Pessoal inativo e pensionistas
- Benefícios previdenciários
- Sentenças Judiciais de Pessoal
- Despesas de Exercícios Anteriores relacionadas a pessoal
- Incentivo à demissão voluntária

140



## Não se considera despesa bruta com pessoal

- ✓ **Espécies indenizatórias** - ajuda de custo, diárias ...
- ✓ **Benefícios assistenciais** - auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio creche/escola ...
- ✓ **Estagiários**
- ✓ Contratos de **aprendizagem**

**Sujeito à avaliação do Tribunal de Contas**

141



## Despesas não Computadas

Na verificação do atendimento dos limites, **não serão computadas** as despesas:

- ✓ de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- ✓ relativas a incentivos à demissão voluntária;
- ✓ decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- ✓ com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
  - da arrecadação de contribuições dos segurados;
  - da compensação financeira entre os regimes de previdência;
  - das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

142



## “Burlas” no cálculo de despesa com pessoal

- ✓ Exclusão do IRRF dos servidores da DTP;
- ✓ Exclusão de inativos e pensionistas da DTP;
- ✓ Aumento de verbas indenizatórias;
- ✓ Terceirizações indevidas;
- ✓ Aumento de pagamentos retroativos;
- ✓ Etc.

É necessário o aprimoramento da legislação e das formas de controle.

143



## Transferências Voluntárias na LRF

- Conceito (art. 25): entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

144



## Transferências Voluntárias na LRF

- São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na LDO (art. 25, § 1º):
  - ✓ Existência de dotação específica;
  - ✓ Observância do disposto no inciso X do art. 167 da CF;
  - ✓ Comprovação, por parte do beneficiário, de:
    - a) Que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
    - b) Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde;
    - c) Observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e despesa total com pessoal;
    - d) Previsão orçamentária de contrapartida.

145



## Destinação de Recursos para o setor privado na LRF

- Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

146



## PROGRAMA

### 4. Dívida, disponibilidades e gestão patrimonial

- a) Dívida e endividamento;
- b) Disponibilidades e restos a pagar;
- c) Gestão patrimonial;

147



### Capítulo VI – Da Dívida e do Endividamento

Art. 29º - Definições Básicas

Art. 30º - Dos Limites da Dívida e das Operações de Crédito

Art. 31º - Da Recondução da dívida aos Limites

Art. 32º - Das Operações de Crédito

Art. 32º - Das Vedações

Art. 38º - Das ARO's

Art. 39º - Das Operações com o Banco Central do Brasil

Art. 40º - Da Garantia e da Contragarantia

Art. 42º - Dos Restos a Pagar

148





## Dívida e Endividamento



### Estados e Municípios (Resolução Senado Federal n.º 40, de 2001):

- Dívida consolidada e mobiliária;
- Limites absolutos estabelecidos em relação à RCL: Estados – 200%  
Municípios – 120%



### União:

- Senado não se pronunciou



### Recondução da Dívida Consolidada (LRF – art. 31):

- Em até três quadrimestres subsequentes
- 1.º quadrimestre, 25%

149



## Conceitos de Dívida Pública

### Dívida Consolidada Líquida

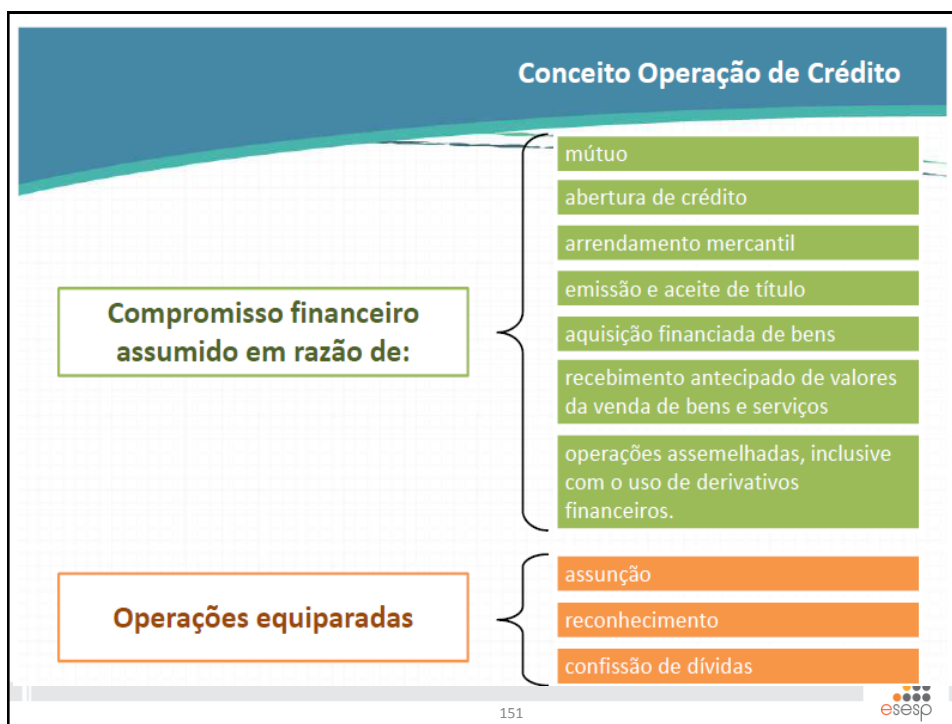


Corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. RSF 40/01 Art. 1º, § 1º, IV

$$DCL = \text{Estoque DC} - [\text{Ativo Disponível} + \text{Haveres Financeiros} - \text{Restos a Pagar Processados}]$$

150





## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em regra, as operações de crédito possuem pelo menos uma das seguintes **características**:

- a) Envolvem o **reconhecimento**, por parte do setor público, **de um passivo**, que equivale a um aumento do endividamento público com impactos no montante da dívida pública e na capacidade de endividamento do ente;
- b) Pressupõem a **existência de risco de não adimplemento** de obrigações que, em geral, materializa-se na forma de cobrança de juros explícitos ou implícitos, deságio e demais encargos financeiros, tendo como consequência uma redução do Patrimônio Líquido do ente que equivale a um aumento do valor original da dívida; e
- c) **Diferimento no tempo**, uma vez que, em regra, as operações de crédito envolvem o recebimento de recursos financeiros, bens, ou prestação de serviços, os quais terão como contrapartida a incorporação de uma dívida a ser quitada em momento futuro.

### Equiparam-se a Operações de Crédito e estão VEDADAS: Artigo 37 LRF

Captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador não tenha ocorrido;

O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.

153



### Outras Vedações

#### RSF nº 43/2001 Art. 15:

É vedada a contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo.

#### LRF Art. 35:

É vedada a concessão de qualquer novo crédito de um ente em favor de outro, ainda que para refinanciamento ou postergação de dívida.

#### LRF Art. 36:

É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle.

154



## Garantia e Contragarantia

- Garantias – fianças e avais concedidos pelo ente em operações de crédito.
- Contragarantia – contrapartida oferecida pelo ente que irá receber uma garantia.
- Garantia condicionada à contragarantia:  
Exceto: contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;
- Vedado à entidade da administração indireta conceder garantia ainda que com recursos de fundos.



155

esesp

## Limites da Resolução do Senado – 43/2001

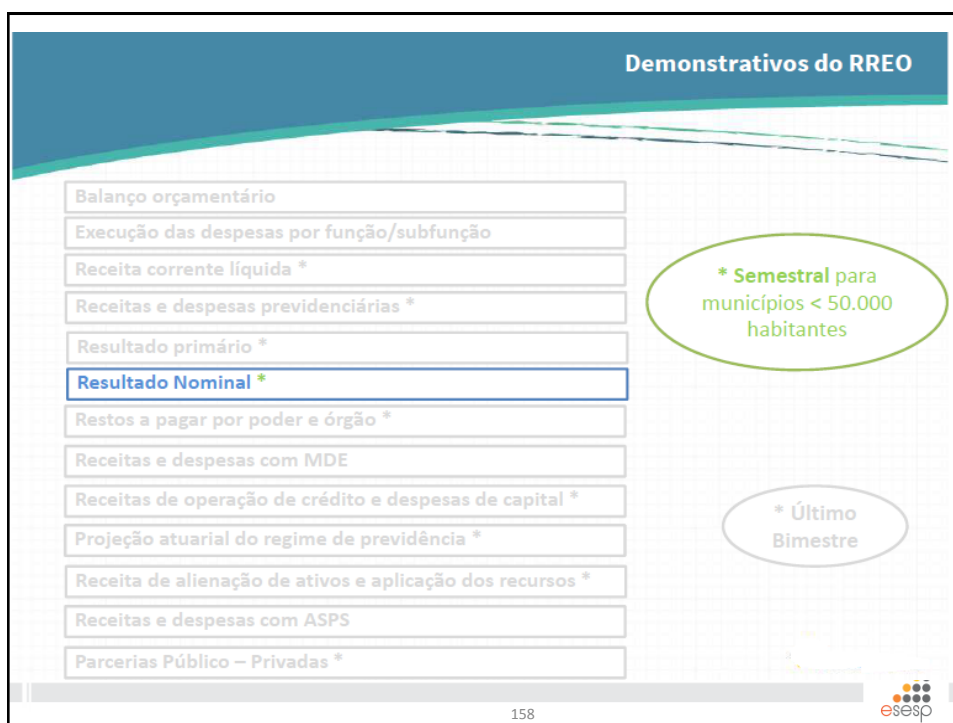
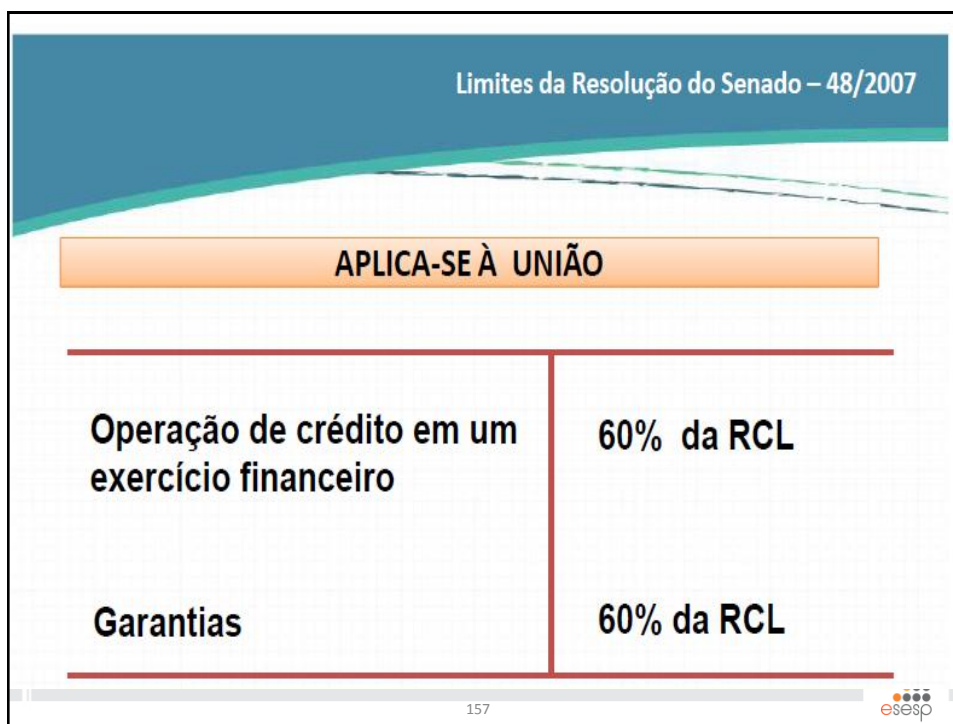
**APLICA-SE A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**

<b>Op. de crédito em um exercício financeiro</b>	<b>16% da RCL</b>
<b>Serviço da Dívida</b>	<b>11,5% da RCL</b>
<b>ARO's</b>	<b>7% da RCL</b>
<b>Garantias</b>	<b>22% da RCL( ou 32%)</b>

156

esesp





## Finalidade do demonstrativo

Medir a evolução da **Dívida Fiscal Líquida** no período.

No bimestre → diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre de referência e o saldo ao final do bimestre anterior.

No exercício → diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

159



## Exemplo Resultado Nominal

### Exemplo Familiar

Receita da Família	=	10.000,00
Custos Gerais	=	(5.000,00)
Educação	=	(1.000,00)
Impostos	=	(500,00)
Dívida de Cheque Especial	=	(2.000,00)
Juros cheque especial	=	(500,00)
Juros de Aplicação Financeira	=	300,00



### Apuração do Resultado

+

3.500,00

Resultado Primário

Resultado dos Juros

3.300,00

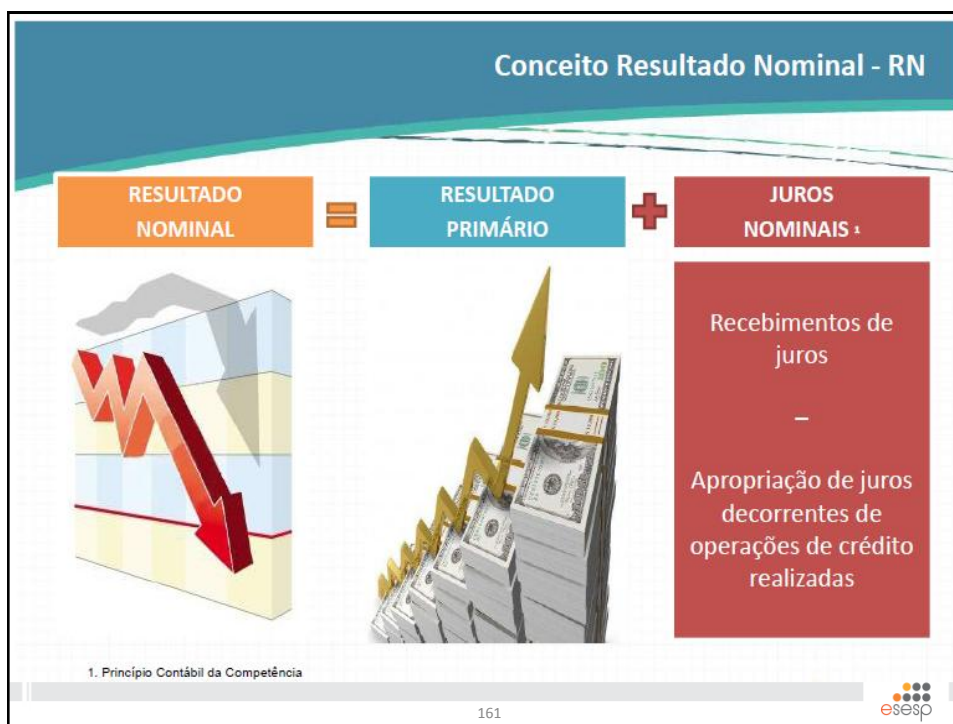
Resultado Nominal

1.300,00

Disponível em caixa

160







## Conceitos Importantes para Resultado Nominal

Dívida Consolidada ou Fundada

Dívida Consolidada Líquida

Dívida Fiscal Líquida



163



## Conceitos de Dívida Pública

### Conceito de Dívida Consolidada ou Fundada (LRF)

Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. (LRF Art. 29, I)



§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento

164



## Conceitos de Dívida Pública

### Dívida Consolidada Líquida



Corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. [RSF 40/01 Art. 1º, § 1º, IV](#)

$$\text{DCL} = \text{Estoque DC} - [\text{Ativo Disponível} + \text{Haveres Financeiros} - \text{Restos a Pagar Processados}]$$

165



## Demais Haveres Financeiros

- Serão registrados nessa linha, por exemplo, **valores a receber líquidos e certos** (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços) como empréstimos, financiamentos e outros créditos a receber.



**Não** serão considerados como Haveres Financeiros

Valores inscritos em **Dívida Ativa** e outros valores que **não representem créditos a receber**;

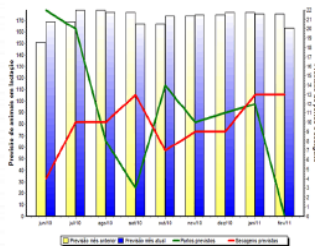
**Adiantamentos concedidos** a fornecedores de bens e serviços.

166



## Conceitos de Dívida Pública

### Dívida Fiscal Líquida



Corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

DFL

=

Saldo  
DCL

+

Receita de  
Privatizações

-

Passivos  
Reconhecidos

167



## Passivos Reconhecidos

- **Dívidas incorporadas**, os chamados “esqueletos”, correspondem às dívidas:
  - ✓ Juridicamente devidas;
  - ✓ De valor certo;
  - ✓ Reconhecidas pelo governo;
  - ✓ Representativas de déficits passados que não ocorrem mais no presente.
- Exemplos: parcelamento de dívida junto ao INSS, FGTS e RPPS.
- Visando expurgar os efeitos que não **representam esforço fiscal**, devem ser deduzidos para a apuração da Dívida Fiscal Líquida.

168



Demonstrativo Resultado Nominal			
<p>&lt;ENTE DA FEDERAÇÃO&gt;            RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  <b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL</b>            ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL            &lt;PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO&gt;</p>			
RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/ <Exercício Anterior> (a)	Em <Bimestre Anterior> (b)	Em <Bimestre> (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)			
Disponibilidade de Caixa bruta			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)			
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)			
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Até o Bimestre (VIIc - VIIa)	
VALOR			

169



# Demonstrativo Resultado Nominal

DESCRIÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/ <Exercício Anterior> (a)	Em <Bimestre Anterior> (b)	Em <Bimestre> (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)			

170

170



## Demonstrativos do RGF

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar \*

\* Último  
Quadrimestre

171

## Disponibilidade de Caixa Líquida

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	R\$	ESPECIFICAÇÃO	R\$
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	
Caixa	100		
Bancos	200	Obrigações Financeiras	120
Aplicações Financeiras	100		
Outras Disponibilidades Financeiras		<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	120
Máquinas e Equipamentos	300	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
		<b>TOTAL DO PL</b>	580
<b>TOTAL</b>	700	<b>TOTAL</b>	700

**Disponibilidade Caixa  
Líquida**  
  
280

=

**Ativos Financeiros**  
  
400

=

**Obrigações  
Financeiras**  
  
120

172



## Composição da Disponibilidade de Caixa

De que é composta a disponibilidade de caixa bruta?



De ativos de alta liquidez como **caixa**, **bancos**, **aplicações financeiras** e **outras disponibilidades financeiras**

173



## Restos a Pagar

*“Até a edição da LRF era comum o governo inscrever despesas em **restos a pagar**, mesmo que a **arrecadação do exercício não tivesse atingido** os montantes previstos na Lei Orçamentária Anual.*



*Com esse procedimento, os governos **acumulavam débitos junto a fornecedores**, comprometendo as receitas futuras e acarretando dificuldades para a gestão das finanças públicas”.*

Albuquerque, Medeiros e Feijó – Gestão de Finanças Públicas - 2008

174



## Restos a Pagar ( LRF) – Regras fim de mandato

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, **contrair obrigação de despesa** que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte **sem que haja suficiente disponibilidade de caixa** para este efeito.

175



## LEMBRETE!!!

*O artigo 359-F da Lei nº 10.028/2000 impõe pena para o governante que não cancelar restos a pagar inscritos em montante superior às disponibilidades financeiras, no último ano de seu mandato. Todavia, vale enfatizar que o cancelamento de restos a pagar processados simplesmente para adequar-se ao comando legal pode ser entendido como ocultação de passivos.*

181





## Final de Mandato

## Contrair Obrigação de Despesa

A obrigação de despesa é anterior a inscrição em RAP

O cancelamento de empenhos:

Não evita  
o descumprimento  
do art. 42

Pode representar  
fraude contábil

Pode lesar o patrimônio  
público se lesar o credor de  
boa fé (ocasiona custos  
judiciais)

182



## Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

«ENTE DA FEDERAÇÃO» - «IDENTIFICAÇÃO DO PODER»  
«IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO, QUANDO O DEMONSTRATIVO FOR ESPECÍFICO DE UM ÓRGÃO»  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
«PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO»

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

ES 1.00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados	De Exercícios Anteriores	De Exercício Anteriores			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a) - (b + c + d + e)		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>								
< Identificação do Recurso Vinculado >								
< Identificação do Recurso Vinculado >								
< Identificação do Recurso Vinculado >								
-								
-								
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>								
< Identificação do Recurso Não Vinculado >								
< Identificação do Recurso Não Vinculado >								
< Identificação do Recurso Não Vinculado >								
-								
-								
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>								
<b>EXERCE PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>								
PONTE Sistema "Nome": Unidade Responsável "Nome": Data da emissão "dd/mm/aaaa" e hora de emissão "hh:mm"								

Nota:


1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.


178



Restos a Pagar

- ✓ Vedação de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do exercício, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa nos últimos 2 quadrimestres.
- ✓ Devem ser considerados os encargos e despesas compromissadas até o final do exercício.



179


## LEMBRETE!!!

***A análise da legislação conjugada com a visão da LRF que traz regras explícitas para evitar que se contraia obrigação de despesa sem autorização orçamentária, nos leva a indicar que o Contrato deve conter o número da Nota de Empenho e não o contrário.***

## Capítulo VII – Da Gestão Patrimonial

Art. 44. É **vedada** a aplicação da **receita de capital** derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o **financiamento de despesa corrente**, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.



181



## PROGRAMA


5. Transparência, controle, fiscalização e outros

- a) Transparência, controle e fiscalização.
- b) “Contabilidade Criativa”, pedaladas fiscais etc.

182



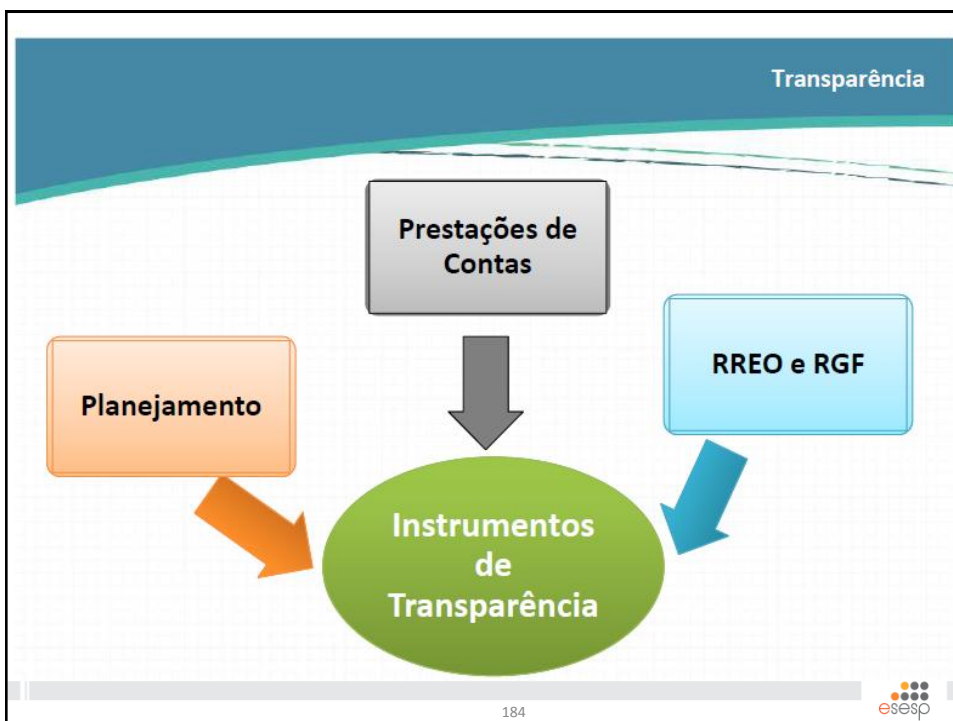
**Capítulo IX – Da Transparência, Controle e Fiscalização**

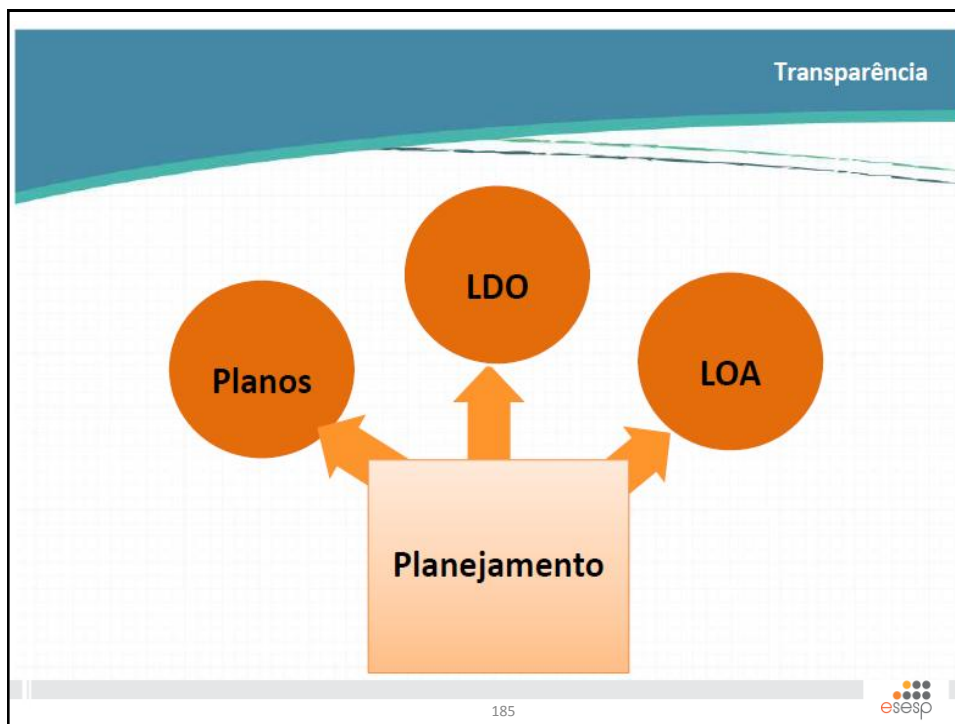


- Art. 48º - Da Transparência da Gestão Fiscal
- Art. 50º - Da Escrituração e Consolidação das Contas
- Art. 52º - Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
- Art. 54º - Do Relatório de Gestão Fiscal
- Art. 56º - Das Prestações de Contas
- Art. 59º - Da Fiscalização da Gestão Fiscal

183

esesp






## Relatório Resumido da Execução Orçamentária


### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativos que o acompanham:**

- Receita Corrente Líquida;
- Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Resultado Primário e Nominal;
- Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (LDB);
- Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (LC 141/2012);
- Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (final exercício);
- Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;
- Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Parcerias Público-privadas.



Manual de  
Demonstrativos Fiscais

187



## Fundamento legal

CF/88

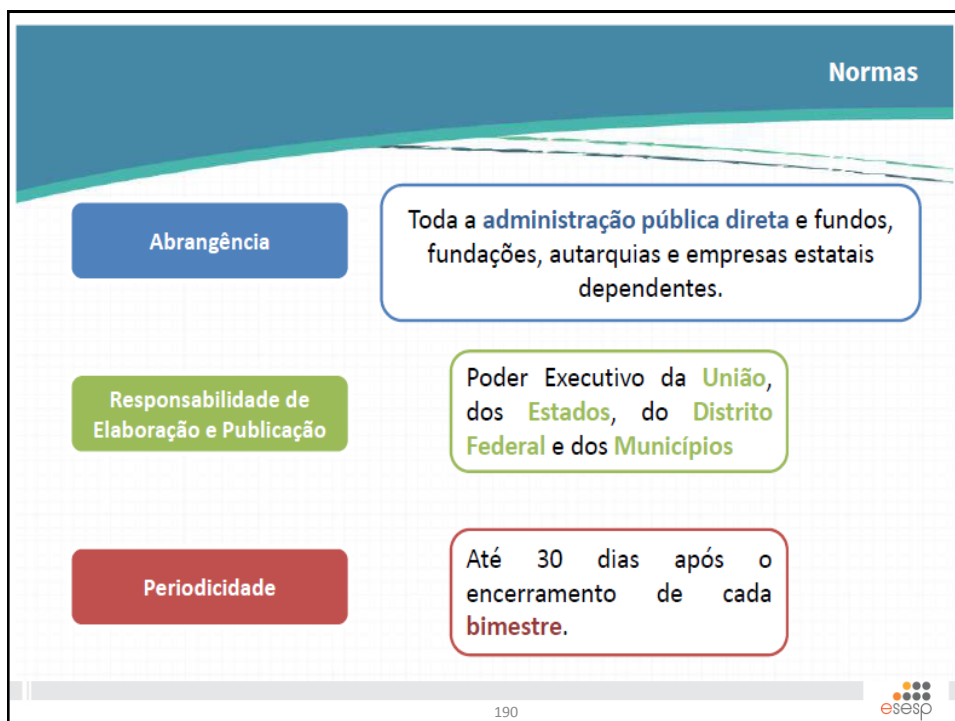
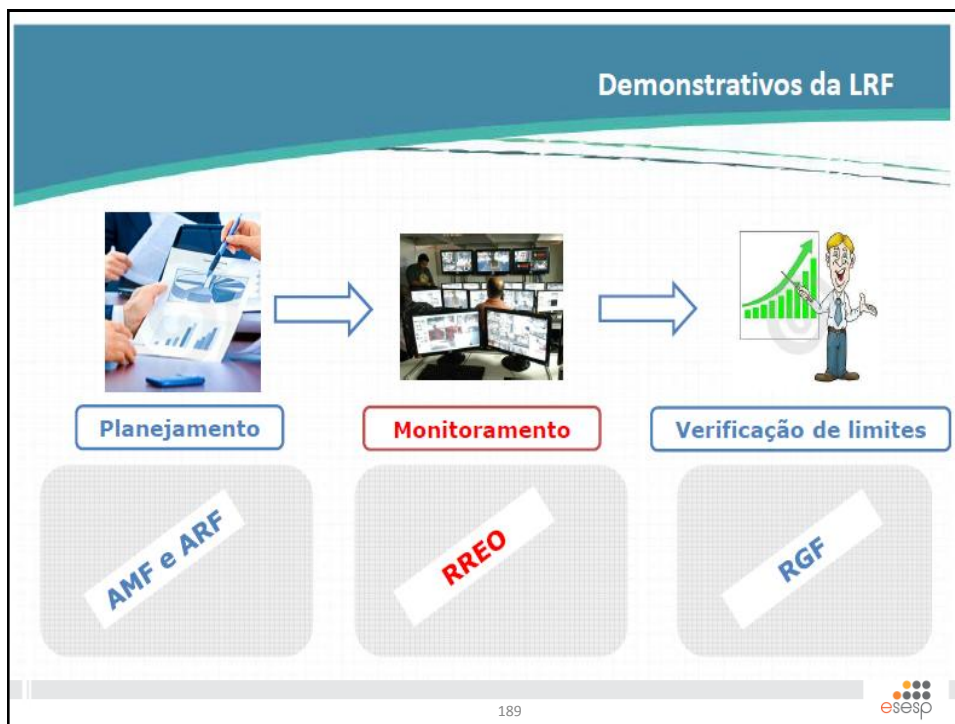
Art. 165 § 3º O **Poder Executivo** publicará, até trinta dias após o encerramento de cada **bimestre**, relatório resumido da execução orçamentária.

Lei nº 101/2000 LRF

Estabelece normas para **elaboração e publicação** do RREO.

188









### Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias - RPPS *
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
Receitas e despesas com ASPS
Parcerias Público – Privadas *

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

191




### Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias - RPPS*
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
Receitas e despesas com ASPS
Parcerias Público – Privadas *

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

192



## Fundamento legal

Lei nº 4.320/64, art. 102

O Balanço Orçamentário demonstrará as **receitas** e **despesas previstas** em confronto com as **realizadas**.

LC 101/2000, art. 52

Balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) **receitas** por **fonte\***, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) **despesas** por **grupo de natureza**, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

193



## Finalidade do demonstrativo

Demonstrar a **execução orçamentária** em um determinado exercício, apresentando um resultado **positivo (superávit)** ou **negativo (déficit)**.

194




### Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
<b>Execução das despesas por função/subfunção</b>
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias - RPPS*
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
Receitas e despesas com ASPS
Parcerias Público – Privadas *

Semestral para  
municípios < 50.000  
habitantes


Último  
Bimestre



195

### Finalidade do demonstrativo

Informar as **despesas realizadas** pelo ente no período, apresentando-as e termos de **classificação funcional**, que são agregadas em diversas áreas do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.



196

## Conteúdo do demonstrativo

✓ Segregadas em **orçamentárias** e **intra-orçamentárias**

✓ **Portaria MPOG nº 42/1999**

Função: maior nível de agregação das ações

Subfunção: partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa.

(Podem ser combinadas com diferentes funções)

197



## Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário

Execução das despesas por função/subfunção

**Receita Corrente Líquida \***

Receitas e despesas previdenciárias - RPPS\*

Resultado primário \*

Resultado nominal \*

Restos a pagar por poder e órgão \*

Receitas e despesas com MDE

Receitas de operação de crédito e despesas de capital \*

Projeção atuarial do regime de previdência \*

Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos \*

Receitas e despesas com ASPS

Parcerias Público – Privadas \*

\* **Semestral** para  
municípios < 50.000  
habitantes

\* **Último  
Bimestre**

198



## Demonstrativos do RREO

Balanço orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
<b>Receitas e Despesas Previdenciárias – RPPS *</b>
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
Receitas e despesas com ASPS
Parcerias Público – Privadas *

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre


  


199

## Finalidade do demonstrativo

Assegurar a **transparência** das receitas e despesas previdenciárias do regime de previdência.

! Os entes que tiverem feito a opção pela **segregação de massa**, deverão elaborar e publicar um demonstrativo para o **plano previdenciário** e outro para o **plano financeiro**.



200

ENTE DA FEDERAÇÃO: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO:				
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Em Reais	
			RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Recursos de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Recursos Patrimoniais				
Recursos Imobiliários				
Recursos de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Recursos de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (OUTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)				
201				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS ANULADAS E PAGAS NÃO PROCESSADAS	
			Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>	Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>	Em <Exercício>	Em <Exercício Anterior>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)								
ADMINISTRAÇÃO								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA								
Pessoal Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								
Recursos para Formação de Reserva								
Outros Aportes para o RPPS								
Plano Previdenciário								
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								
Recursos para Cobertura de Déficit Atual								
Outros Aportes para o RPPS								
202								

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
VALOR								
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA							
	<Exercício>		<Exercício Anterior>					
CAIXA								
BANCOS COM MOVIMENTO								
INVESTIMENTOS								
OUTROS BENS E DIREITOS								
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>				
...								
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX)								
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>	Até o Bimestre/ <Exercício>	Até o Bimestre/ <Exercício Anterior>	Em <Exercício>	Em <Exercício Anterior>
...								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XIII)								

<

203



Demonstrativos do RREO	
Balanco orçamentário	
Execução das despesas por função/subfunção	
Receita corrente líquida *	
Receitas e despesas previdenciárias - RPPS *	
<b>Resultado Primário *</b>	
Resultado nominal *	
Restos a pagar por poder e órgão *	
Receitas e despesas com MDE	
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *	
Projeção atuarial do regime de previdência *	
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *	
Receitas e despesas com ASPS	
Parcerias Público – Privadas *	

\* Semestral para  
municípios < 50.000  
habitantes

\* Último  
Bimestre

204





## Finalidade do demonstrativo

Dar **transparência** para uma melhor avaliação do **impacto** da **política fiscal** em execução pelo ente da Federação.

205



## O que é Resultado Primário?



Economia e Negócios

Brasil Mundo Economia Política Esportes Carreiras Tecnologia Saúde Tech Negócios População Meio Ambiente

30/04/2016 18:15 - Atualizado em 30/04/2016 18:15

### Sector público tem pior resultado primário para março

Notícia

Por Isabel Versiani

BRASÍLIA (Reuters) - O setor público consolidado brasileiro registrou o pior resultado primário para mês da série do Banco Central, iniciado em 2002, sob o impacto de uma pior execução do saldo da governo central, mostraram números do Banco Central nesta sexta-feira.

O resultado foi deficitário no mês passado pela primeira vez no ano, em 216 milhões de reais. Em março de 2009, o resultado primário havia sido superavitário em 7,3 bilhões de reais.

Fundado em 1891

**JORNAL DO BRASIL**

Quinta-feira, 30 de março de 2016

Brasília

O primeiro jornal 100% digital do país

[Especial](#) [Pais](#) [Rio](#) [Economia](#) [Internacional](#) [Esportes](#) [Ciência e Tecnologia](#) [Cultura](#) [Opinião](#) [Sociedade](#) [Brasil](#)

### Economia

7:00 de 11:02 - Atualizado em 7:00 de 11:02

### Superávit primário do setor público atinge R\$ 7,9 bi em fevereiro

BRASÍLIA

O superávit primário do setor público consolidado alcançou R\$ 7,9 bilhões em fevereiro, o melhor resultado para o mês desde o início da série, em 2001, de acordo com dados divulgados hoje pelo Banco Central (BC).



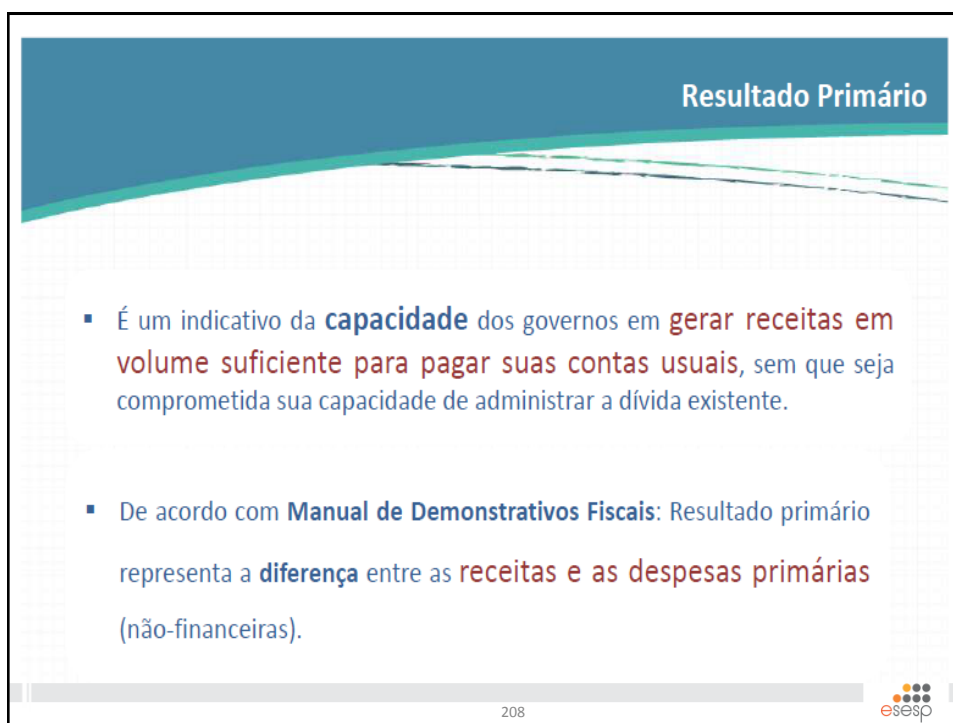
Qual o impacto deste Resultado Primário na minha vida?

206






207



208

## Receitas



**Fonte Primária ou Não Financeira**

Qualquer receita que o governo obtenha e **não amplie sua dívida** ou **não diminua seus ativos**.

**Fonte Não Primária ou Financeira**

Receita que o governo obtém através do **endividamento público** ou da **diminuição do Ativo Imobilizado**.

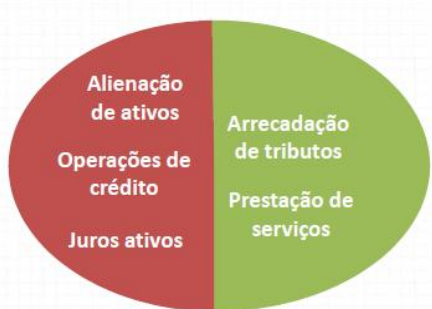
esesp

## Receita Total x Receita Primária

Receita **Financeira**

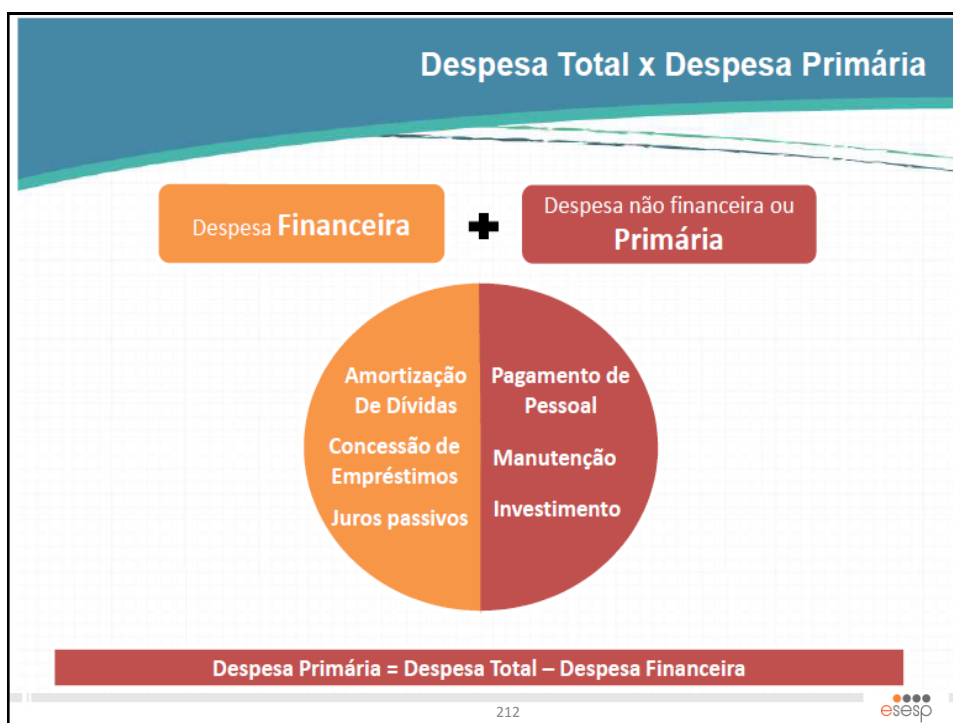
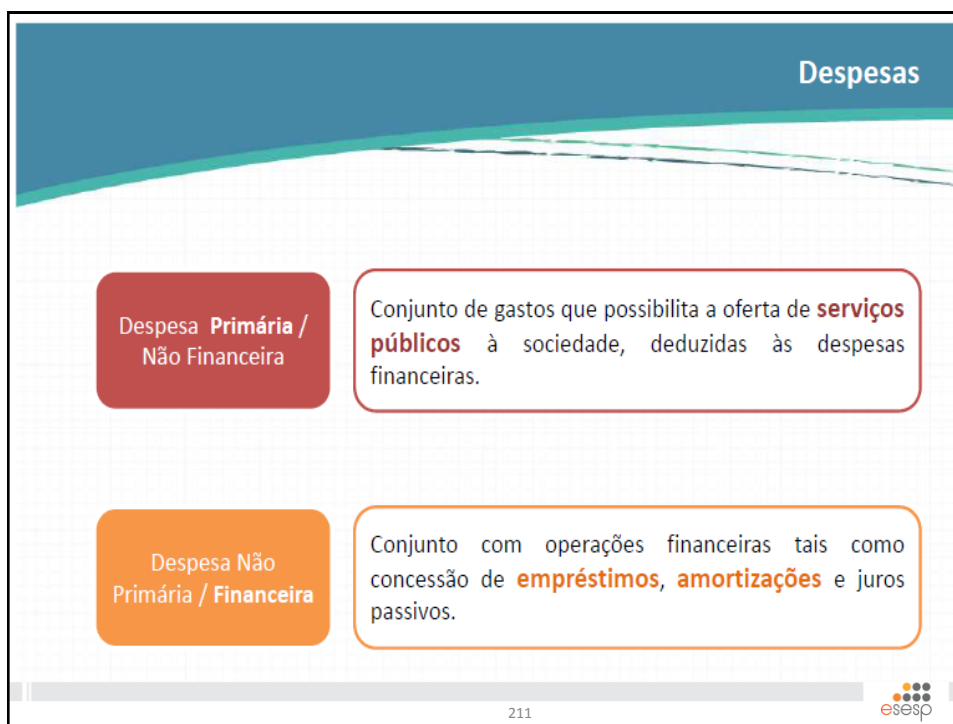
+

Receita não financeira ou **Primária**



$$\text{Receita primária} = \text{Receita total} - \text{Receita financeira}$$

esesp





## Demonstrativo do Resultado Primário – Estados

ENTIDADE DA FEDERAÇÃO  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO

RREO - ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ Exercício	Até o Bimestre/ Exercício Anterior
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)			
Recargas Tributárias			
ICMS			
IPVA			
ITCUD			
IRRF			
Outras Recargas Tributárias			
Recargas de Contribuições			
Recargas Previdenciárias			
Outras Recargas de Contribuições			
Recarga Patrimonial/Líquida			
Recarga Patrimonial			
(-) Aplicações Financeiras			
Transferências Correntes			
Cota-Parte do FPE			
Convênios			
Outras Transferências Correntes			
Demais Recargas Correntes			
Dívida Ativa			
Diversas Recargas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital			
Convênios			
Outras Transferências de Capital			
Outras Recargas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

215



## Demonstrativo do Resultado Primário – Estados

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM PESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ Exercício	Até o Bimestre/ Exercício Anterior	Até o Bimestre/ Exercício	Até o Bimestre/ Exercício Anterior	Em Exercício	Em Exercício Anterior
DESPESAS CORRENTES (VIII)							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes							
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Despesas Correntes							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)							
DESPESAS DE CAPITAL (XI)							
Investimentos							
Investimentos Financeiros							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Investimentos Financeiros							
Amortização da Dívida (XIV)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							

216





Demonstrativos do RREO	
Balanco orçamentário	
Execução das despesas por função/subfunção	
Receita corrente líquida *	
Receitas e despesas previdenciárias *	
Resultado primário *	
<b>Resultado Nominal *</b>	
Restos a pagar por poder e órgão *	
Receitas e despesas com MDE	
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *	
Projeção atuarial do regime de previdência *	
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *	
Receitas e despesas com ASPS	
Parcerias Público – Privadas *	

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

217

esesp

Demonstrativos do RREO	
Balanco orçamentário	
Execução das despesas por função/subfunção	
Receita corrente líquida *	
Receitas e despesas previdenciárias *	
Resultado primário *	
Resultado nominal *	
<b>Restos a Pagar por Poder e Órgão *</b>	
Receitas e despesas com MDE	
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *	
Projeção atuarial do regime de previdência *	
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *	
Receitas e despesas com ASPS	

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

218

esesp



Demonstrativos do RREO	
Balanco orçamentário	
Execução das despesas por função/subfunção	
Receita corrente líquida *	
Receitas e despesas previdenciárias *	
Resultado primário *	
Resultado nominal *	
Restos a pagar por poder e órgão *	
<b>Receitas e despesas com MDE</b>	
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *	
Projeção atuarial do regime de previdência *	
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *	
Receitas e despesas com ASPS	
Parcerias Público – Privadas *	

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

219

esesp

Demonstrativos do RREO	
Balanco orçamentário	
Execução das despesas por função/subfunção	
Receita corrente líquida *	
Receitas e despesas previdenciárias *	
Resultado primário *	
Resultado nominal *	
Restos a pagar por poder e órgão *	
Receitas e despesas com MDE	
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *	
<b>Projeção Atuarial do Regime de Previdência *</b>	
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *	
Receitas e despesas com ASPS	

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre

220

esesp

## Demonstrativo

<ENTE DA FEDERAÇÃO>  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
 <PERÍODO DE REFERÊNCIA>

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)

FONTE: Sistema <sistema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digitalmente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.

Notas:  
 1 Projeção atuarial elaborada em <DATA DA AVALIAÇÃO> e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.  
 2 Este Demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:  
 <HIPÓTESE>: <VALOR>

esesp

221

## Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias *
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
<b>Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos *</b>
Receitas e despesas com ASPs

\* Semestral para  
municípios < 50.000  
habitantes

\* Último  
Bimestre

esesp


222

### Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias *
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
<b>Receitas e despesas com ASPS</b>
Parcerias Público – Privadas *

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre




223

### Demonstrativos do RREO

Balanco orçamentário
Execução das despesas por função/subfunção
Receita corrente líquida *
Receitas e despesas previdenciárias *
Resultado primário *
Resultado nominal *
Restos a pagar por poder e órgão *
Receitas e despesas com MDE
Receitas de operação de crédito e despesas de capital *
Projeção atuarial do regime de previdência *
Receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos *
Receitas e despesas com ASPS
<b>Parcerias Público – Privadas *</b>

\* Semestral para municípios < 50.000 habitantes

\* Último Bimestre



224

## Relatório de Gestão Fiscal - RGF

RGF

RGF

RGF

- Acompanhamento e Controle das atividades Financeiras e de Gestão dos Poderes ou Órgãos do ente, além obediência aos limite
- Periodicidade de Publicação: Quadrimestral
- Obrigatoriedade : Poder e Órgão que possua autonomia de gestão orçamentária e financeira

esesp

225

## Demonstrativo do RGF


Despesa com Pessoal;

Dívida Consolidada;

Garantias e Contragarantias;

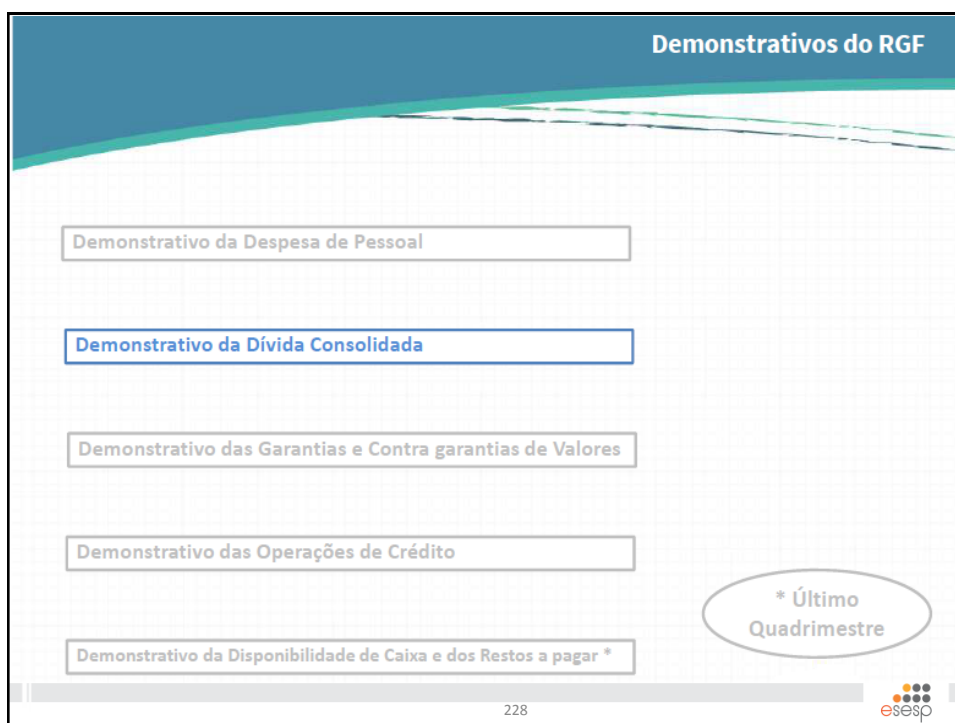
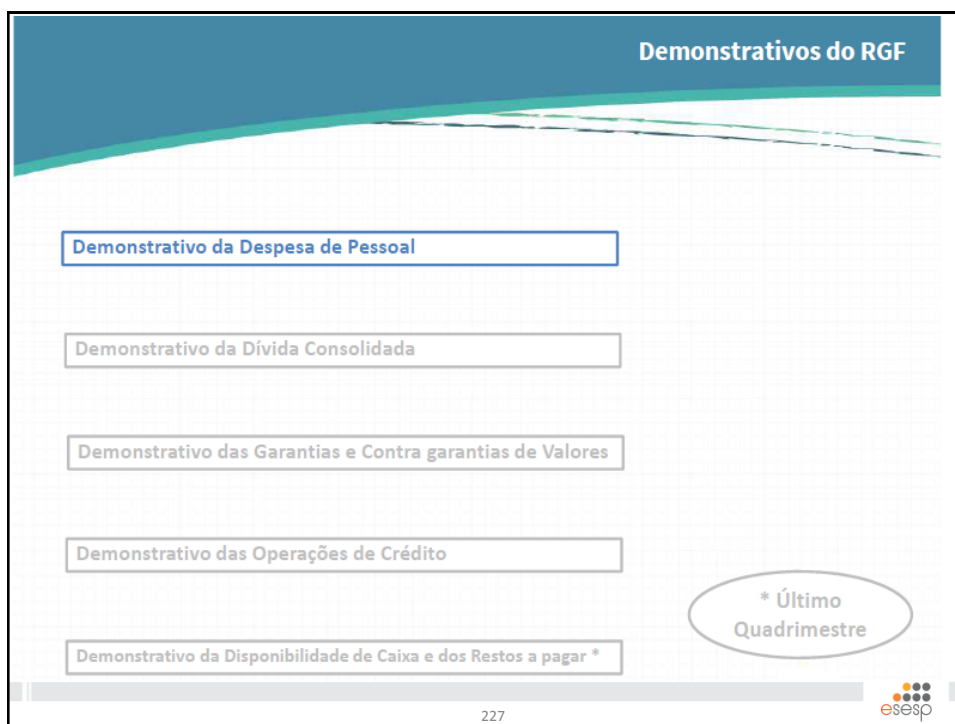
Operações de Crédito;

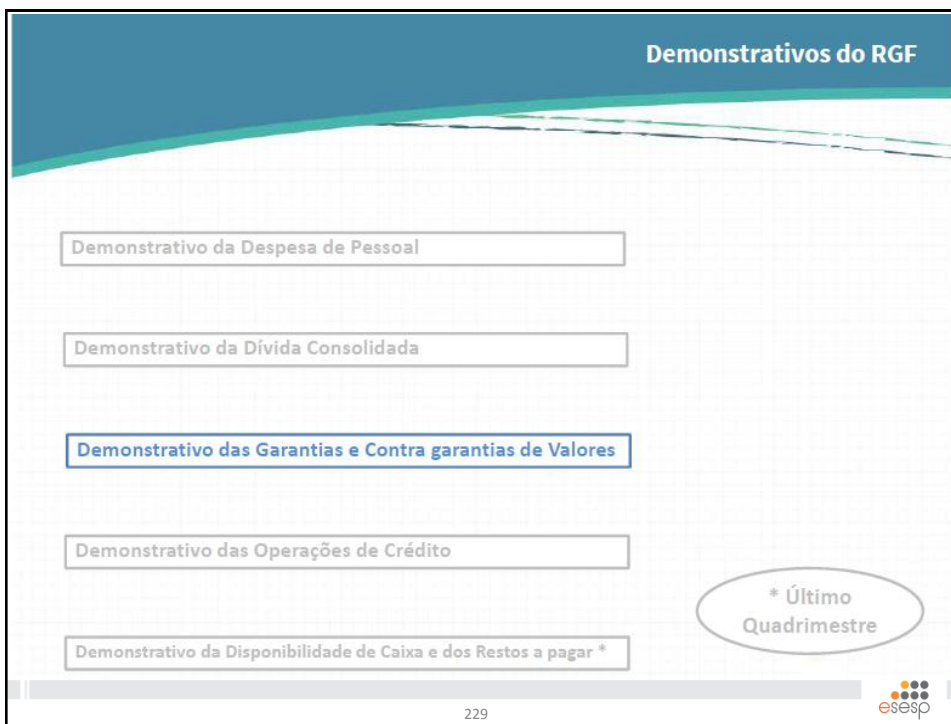
Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar.

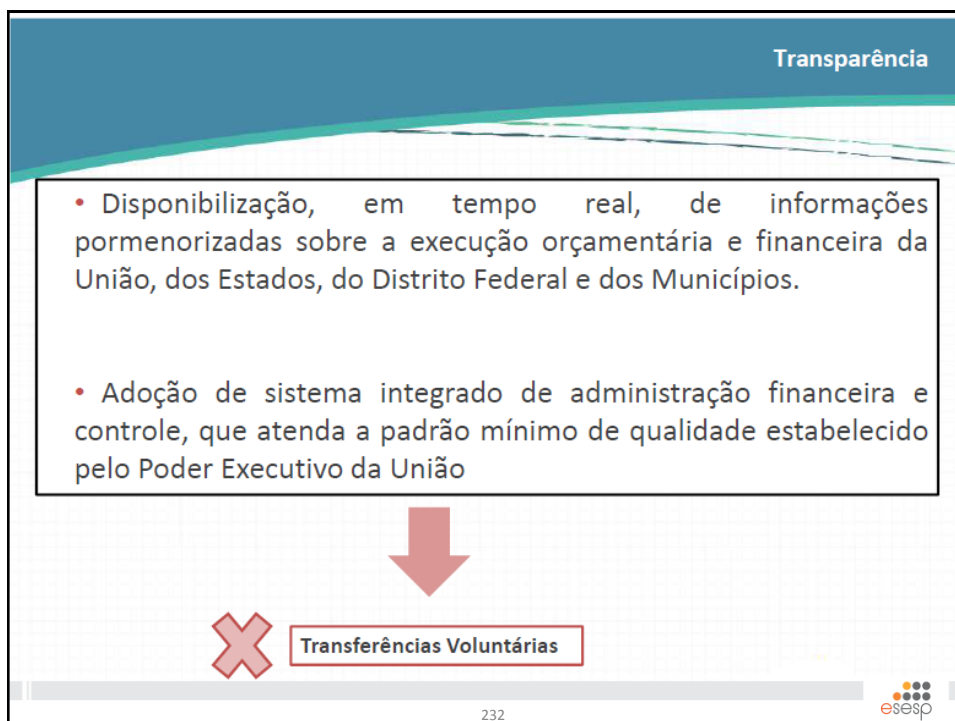
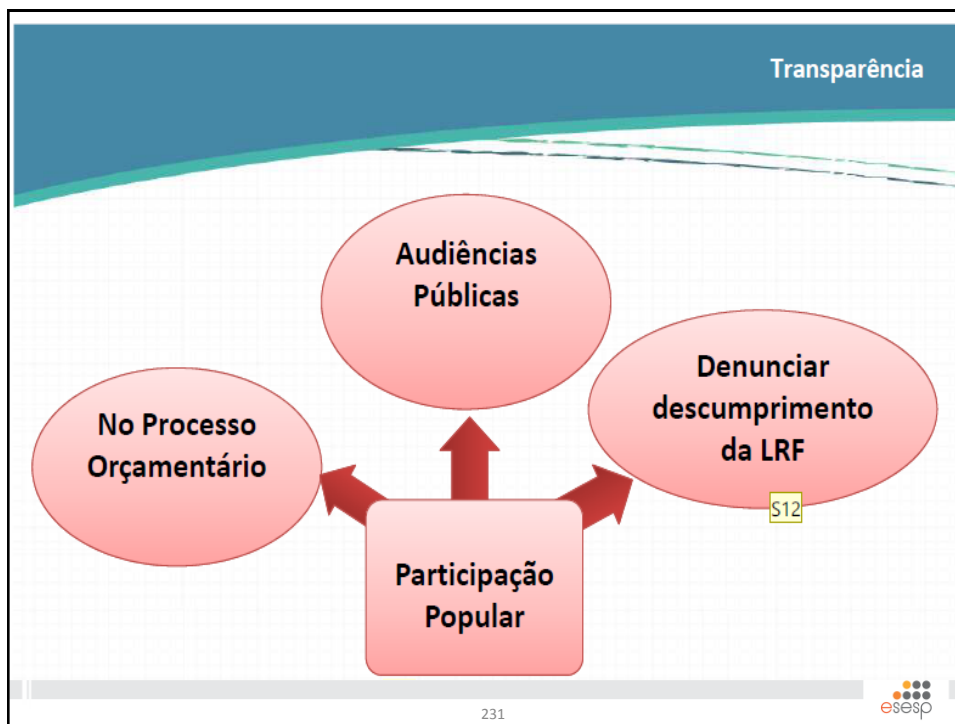


esesp

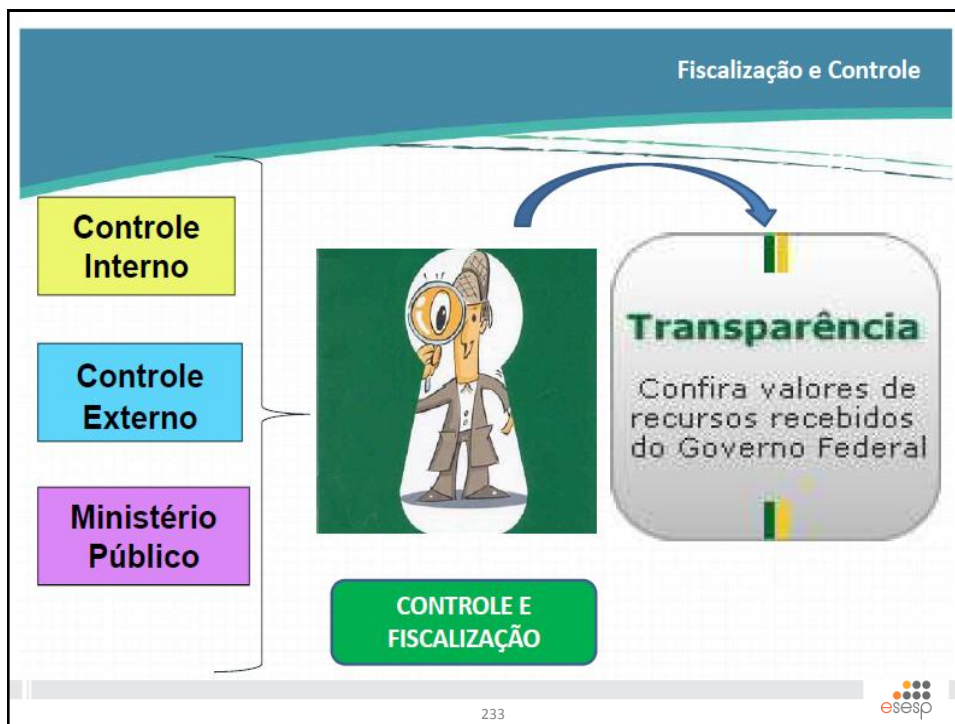
226











**Escrituração e Consolidação das Contas Nacionais**

- Despesa registrada em regime de competência, suplementarmente pelo regime de caixa
- Receitas e despesas da previdência em contas separadas
- Registros específicos para contas importantes: caixa, previdência, op. de crédito, restos a pagar, alienação de ativos
- Sistema de custos de contabilidade pública que permitirá a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 50, § 3º)
- Normas para consolidação das contas definidas por Conselho de Gestão Fiscal

234

esesp

CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL  
NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI  
COMPLEMENTAR Nº 101/00) E NA LEI DAS  
ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97)



CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL - PERGUNTAS

**1. O art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal considera nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato. Isso significa que em nenhuma hipótese poderá haver aumento de despesa com pessoal nesse período?**



**CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL - PERGUNTAS**

**2. Nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de mandato o ente poderá conceder aumento remuneratório para determinada categoria, desde que promova a devida compensação? Esse aumento não seria proibido pela Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 30.09.1997)?**

**CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL - PERGUNTAS**

**3. É permitido reestruturar a carreira dos servidores públicos em ano eleitoral?**



**CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL - PERGUNTAS**

**4. É possível efetuar o aumento do vencimento dos servidores públicos em duas parcelas, de modo que a primeira parcela seja concedida antes do período de vedação previsto no art. 73, VIII, da Lei nº 9.504/97 e a segunda parcela seja entregue após o referido período?**

**CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL - PERGUNTAS**

**5. O Titular de Poder ou órgão pode, nos oito últimos meses do mandato, firmar contrato, desde que pague as parcelas realizadas até o final de sua gestão, deixando aquelas ainda por liquidar para serem pagas pelo sucessor, sem a correspondente disponibilidade de caixa?**



## LRF - RESUMO PRINCIPAIS PONTOS

241



## RESUMO LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

✓ LRF regulamentou o art. 163 da Constituição Federal:

- “Lei complementar disporá sobre:*
- I - finanças públicas;*
  - II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;*
  - III - concessão de garantias pelas entidades públicas;*
  - IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;*
  - V - fiscalização das instituições financeiras;*
  - VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;*
  - VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.”*

242



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

✓ A LRF trabalha com os conceitos de fiscalização, transparência e planejamento. Desta forma, são previstas::

- A participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos já referidos;
- A disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade;
- A emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

243



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

Um conceito importante e necessário para entender como funciona a lei é a **Receita Corrente Líquida (RCL)**, uma vez que ela é a base para todos os cálculos. Ela é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Dela são deduzidos:

- Na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições para a previdência social do empregador incidente sobre prestação de serviço de terceiros e a contribuição à previdência feita pelo trabalhador e também as contribuições para o PIS (Programa de Integração Social);
- Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre diferentes sistemas de previdência.

A verificação da RCL deve ser para o **período de um ano**, mas não necessariamente o ano civil. Então, para verificar a RCL do mês de abril, por exemplo, de um determinado exercício financeiro, devemos contar as receitas arrecadadas desde maio do exercício anterior até o mês de abril em questão.

244



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

No que diz respeito às despesas, toda e qualquer despesa que não esteja acompanhada pela LOA, pelo PPA e pela LDO e, no caso de despesa obrigatória de caráter continuado, de suas medidas compensatórias, é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.

A despesa obrigatória de caráter continuado que, nos termos do art. 17, é a despesa corrente:

- Derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo;
- Geradora de obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

245



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

#### GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com a folha de pagamento de pessoal representam o principal item de despesas de todo o setor público brasileiro. De acordo com a LRF, entende-se como despesas de pessoal:

- Somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos;
- Despesas com inativos e pensionistas;
- Mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias;
- Vencimentos e vantagens, fixas e variáveis;
- Subsídios, proventos de aposentadoria;
- Reformas e pensões;
- Adicionais de qualquer natureza;
- Gratificações, horas extras e vantagens pessoais;
- Encargos sociais;
- Contribuições recolhidas pelo Ente às entidades de previdência.

246





## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

A LRF determina dois limites distintos para os gastos com pessoal no setor público:

- 50% da RCL para a União;
- 60% da RCL para Estados e Municípios.

Sendo que dentro da Esfera Federal o limite é de:

- 40,9% para o Executivo;
- 6% para o Judiciário;
- 2,5% para o Legislativo;
- 0,6% para o Ministério Público.

Na Esfera Estadual:

- 2% para o Ministério Público;
- 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
- 6% para o Judiciário;
- 49% para o Executivo.

E na Esfera Municipal:

- 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- 54% para o Executivo.

247



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

#### DÍVIDA PÚBLICA

Em relação à Dívida Pública, é definido em lei o máximo de endividamento para Estados e municípios. Houve a necessidade de impor **limites ao endividamento público** devido ao crescimento da Dívida no período 1994-2000 como consequência do aumento da despesa pública. A Dívida Pública não deverá ultrapassar o limite máximo de **duas vezes** a Receita Corrente Líquida e para os Estados e **1,2 vezes** para os Municípios. Os municípios têm até **15 anos** para corrigirem o excesso de endividamento, caso haja.

248



## RESUMO

### LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – PRINCIPAIS PONTOS

#### TRANSPARÊNCIA

Para controle dos recursos e efetiva fiscalização do cumprimento da lei, são instrumentos da Transparência para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- Os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias;
- Prestação de Contas;
- RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e sua versão simplificada;
- RGF – Relatório da Gestão Fiscal e sua versão simplificada.

# Obrigado!

**Bruno Pires Dias**  
*Consultor do Tesouro Estadual*  
*Gerente de Contabilidade Geral do Estado*  
*GECOG/SEFAZ*

## SOLUÇÕES EDUCACIONAIS



Presenciais



A Distância



Customizadas



Lato e Stricto  
Sensu

 **FaceEsesp**  
***esesp.es.gov.br***

